

SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	373052-SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23	ANDRE LUIZ MILANEZ DE SOUZA	19/05/2026 13:55 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	4/2026	54000.005778/2026-81

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

1/2026

CONTRATANTE (UASG)

(373052)

OBJETO

Contratação de empresa para a execução dos serviços contínuos de gestão e controle de abastecimento de veículos (CATSER 25372), a serem executados por meio de sistema informatizado e integrado, via web, online, e em tempo real, que possibilite o gerenciamento da frota de veículos oficiais da Superintendência Regional do Incra em Sergipe - SR(23)SE.

VALOR ESTIMADO ANUAL (DA CONTRATAÇÃO

R\$ 212.711,67 (duzentos e doze mil setecentos e onze reais e sessenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **08/06/2026** às **10H** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

maior desconto por item

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Superintendência Regional em Sergipe - SR(23)SE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

Processo Administrativo nº54000.005778/2026-81

Torna-se público que a Superintendência Regional do Incra em Sergipe - SR(23)SE, por meio da Divisão de Administração do Incra em Sergipe - SR(23)SE-A, sediada na Avenida Coelho de Campos nº 1.300, Bairro Getúlio Vargas, CEP.: 49.060-000, Aracaju/SE, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços comuns, e continuados de gestão e controle de abastecimento de veículos (CATSER 25372), a serem executados por meio de sistema informatizado e integrado, via web, online, e em tempo real que possibilite o gerenciamento da frota de veículos oficiais da Superintendência Regional do Incra em Sergipe, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.3. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas;

3.7.11.1. Não será permitida a participação de Sociedades Cooperativas.

3.7.11.1.1. A natureza dos serviços a serem contratados não é compatível para a prestação por Sociedades Cooperativas, tendo em vista que a prestação de serviços por essas Sociedades deve ser realizada pelos próprios cooperados, não sendo admitida a prestação de tais serviços por terceiros.

3.7.11.1.2. As empresas especializadas na prestação de serviços objeto desta licitação, pela sua especificidade, não podem ser constituídas como Sociedades Cooperativas.

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.12.1. Não será permitida a participação de empresas que estiverem reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, dadas as características específicas da contratação dos serviços a serem fornecidos, uma vez que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais).

3.7.13. pessoas físicas.

3.7.13.1. Não será permitida a participação de pessoa física: Considerando a exigência de estrutura mínima com equipamentos e equipe de profissionais necessários para a boa execução dos serviços de gestão de frota objeto dessa contratação, optou-se por retirar a possibilidade de participação de pessoa física no certame.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.11. O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Desconto unitário do item expresso em Percentual (%).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10 % (zero vírgula dez por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

7.20.4. desenvolve pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

~~8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;~~

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 8.11. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, mediante envio de arquivo digital por meio do sistema Comprasnet.gov.br.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (horas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. NÃO SE APLICA

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. NÃO SE APLICA

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.incra.gov.br].

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: exclusivamente pelo endereço de e-mail: [licitacoes.aju@incra.gov.br].

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.incra.gov.br].

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

Aracaju/SE, 19 de maio de 2026

André Luiz Milanez de Souza

Superintendente Regional do Incra/SE

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE LUIZ MILANEZ DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 13:55:40.

SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	373052-SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA /SR-23	ACACIA MARIA CHAGAS CARVALHO	18/05/2026 16:28 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	4/2026	54000.005778/2026-81

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 54000.005778/2026-81

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de *serviços contínuos* de gestão e controle de abastecimento de veículos (CATSER 25372) a ser executados por sistema informatizado e integrado via web, online, e real time, que permitam o gerenciamento da frota de veículos oficiais da Superintendência Regional do Incra em Sergipe - SR(23)SE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO MENSAL (R\$)	VALOR ESTIMADO 12 (DOZE) MESES (R\$)	% PERCENTUAL DE DESCONTO MÍNIMO
1	SERVIÇOS DE GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS	25372	Serviço	12	17.725,97	212.711,67	4,90%

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, "Serviços de Gestão e Controle de Abastecimento da Frota de Veículo", conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. Os licitantes oferecerão lances no sistema informando os percentuais de desconto que incidirão sobre o valor faturado na nota fiscal de abastecimento veicular.

1.2.2. Para o item da tabela acima, foi definido o percentual (4,90%) mínimo de desconto no valor, podendo o desconto ser de até 100%.

1.2.3. O percentual de desconto ofertado é vinculante tanto na fase de seleção do fornecedor quanto na fase de execução contratual, e não será reajustável durante toda a vigência contratual, incluídos os possíveis aditivos, prorrogações ou repactuações. O percentual de desconto a ser ofertado pela(s) empresa(s) licitante(s) será aplicado sobre o valor bruto faturado pela execução do serviço de fornecimento de combustíveis veicular, a depender do contrato.

1.2.4. A taxa de administração/gerenciamento não integra a estimativa de custos desta contratação, uma vez que no mercado é usualmente simbólica (ex.: R\$ 1,00) e sua remuneração decorre de acordos privados entre a empresa gestora e sua rede credenciada.

1.2.5. A Taxa de Administração não será objeto de lance. Embora tenha sido identificado, em alguns editais, um percentual médio para essa taxa, verifica-se que, em regra, ela é irrisória ou inexistente. Dessa forma, a eventual obtenção de taxa negativa não representa vantagem efetiva para a Administração, uma vez que tal mecanismo corresponde, na prática, à concessão de descontos sobre os valores a serem pagos, equivalendo à aplicação de um desconto maior diretamente sobre o item.

1.2.6. Cumpre destacar, ainda, que o sistema Comprasnet, plataforma oficial utilizada para as compras e contratações do Governo Federal, não permite, de forma direta, a operacionalização de ofertas com taxas negativas.

1.3. Por fim, os valores estimados compreendem as taxas de administração e todos os possíveis custos e despesas envolvidos na disponibilização dos serviços a serem contratado.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. *O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que envolve a execução de atividades essenciais e permanentes para o funcionamento da frota oficial do Incra/SE, compreendendo os serviços de gestão e controle de abastecimento da frota de veículos do Incra/SE. Essas atividades demandam execução ininterrupta, de forma a garantir o pleno desempenho das ações administrativas e operacionais desta Autarquia, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a natureza contínua do serviço e a necessidade de assegurar economicidade, estabilidade contratual e planejamento orçamentário adequados, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.*

Prazo de vigência

1.5. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

I. ID PCA no PNCP: 03204421000122-0-000018/2026;

II. *Data de publicação no PNCP: 26/05/2025;*

III. *Id do item no PCA: 16 A 19;*

IV. *Classe/Grupo: 9130 - COMBUSTÍVEIS E PROPELENTES LÍQUIDOS À BASE DE PETRÓLEO, 9135 - COMBUSTÍVEIS PROPELENTES LÍQUIDOS E OXIDANTES À BASE QUÍMICA, e 9140 - ÓLEOS COMBUSTÍVEIS;*

V. *Identificador da Futura Contratação: 373052-4/2026;*

2.3. Ressalta-se que os serviços em comento a serem contratados correspondem a atividades que serão preferencialmente objeto de execução indireta estando contempladas na Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

3.2. A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão e controle de abastecimento da frota de veículos do Incra/SE, mediante sistema informatizado e integrado, de acesso via web, com operação on-line e em tempo real, em rede de postos de combustíveis credenciados da Contratada no Estado de Sergipe e possuir capilaridade nacional compatível com a necessidade institucional, de forma contínua.

3.3. A solução abrange a prestação de serviços em que a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, sistema informatizado acessível via internet (web), compreendendo:

3.3.1. Para o serviço de controle de abastecimento: disponibilização de tecnologia baseada na utilização de cartão magnético, cartão eletrônico com chip (smart card) ou outro meio de identificação eletrônica, operado em rede de estabelecimentos credenciados para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum/S-500 e aditivado, diesel S-10, etanol e ARLA 32).

3.3.2. O sistema deverá garantir o controle individualizado por veículo, a rastreabilidade das operações, a segurança das transações e a emissão de relatórios gerenciais, sendo disponibilizada rede de postos de combustíveis sob diversas bandeiras, de modo a assegurar capilaridade, agilidade no abastecimento e atendimento às necessidades da Administração, em conformidade com as condições estabelecidas nos Estudos Técnicos Preliminares e nesse Termo de Referência.

3.3.3. A contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da legislação vigente.

3.4. A gestão do abastecimento da frota de veículos, a ser realizada pela Contratante e pela Contratada, deverá ocorrer por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreendendo o registro, a autorização e o acompanhamento das operações de abastecimento, bem como o fornecimento de combustíveis, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar e nesse Termo de Referência.

3.4.1. O sistema deverá possibilitar o controle individualizado por veículo, a rastreabilidade das transações, a emissão de relatórios gerenciais e o monitoramento do consumo, nos diversos estabelecimentos credenciados pela Contratada, de forma a assegurar eficiência, transparência e adequada gestão dos recursos públicos.

3.5. Todo o investimento necessário à implantação e à operacionalização do sistema, incluindo a instalação de equipamentos de leitura, disponibilização de softwares para registro e transmissão de dados, credenciamento da rede de estabelecimentos fornecedores, manutenção do sistema, treinamento de pessoal e fornecimento de manuais de operação, bem como quaisquer outros recursos indispensáveis ao seu pleno funcionamento, será de responsabilidade da Contratada.

3.5.1. Os custos correspondentes deverão estar incluídos na taxa de administração apresentada na proposta vencedora, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais à Contratante. Ademais, não será aceita qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela Contratante.

3.6. Caso a Contratada opte pela utilização de equipamentos periféricos e cartões eletrônicos, por ocasião da implantação do sistema previsto nesse Termo de Referência, deverá fornecê-los em quantidades suficientes ao pleno funcionamento da solução, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

3.7. Ademais, para atendimento da frota oficial do Incra/SE, a Contratada deverá assegurar a disponibilização de rede credenciada de estabelecimentos aptos ao fornecimento de combustíveis, observando-se critérios mínimos de capilaridade e cobertura geográfica.

3.8. Considerando as características do mercado de combustíveis, no qual há variação de preços conforme a localidade e limitada possibilidade de economia de escala, a adoção de rede ampla e diversificada de postos credenciados mostra-se mais vantajosa para a Administração, ao permitir maior competitividade, flexibilidade operacional e eficiência no abastecimento da frota.

3.9. Nesse sentido, a rede credenciada deverá observar, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- Postos de combustíveis:

- **Capitais das Unidades Federativas e regiões metropolitanas:** quantidade de estabelecimentos suficiente para garantir ampla cobertura e alternativas de abastecimento, assegurando competitividade de preços e atendimento contínuo;
- **Municípios e regiões de atuação institucional do Incra/SE:** no mínimo 3 (três) postos credenciados ou quantidade suficiente para garantir o atendimento regular da demanda local;
- **Demais localidades do território nacional:** cobertura compatível com a área de atuação da frota, garantindo o abastecimento em deslocamentos intermunicipais e interestaduais.

3.10. A rede credenciada deverá, ainda, assegurar disponibilidade de atendimento durante o horário comercial e, sempre que possível, em regime ampliado, de forma a atender às necessidades operacionais da Administração.

3.11. A relação dos veículos atendidos pela presente contratação encontra-se detalhada no no Anexo IV deste Termo de Referência.

3.12. O serviço objeto desta contratação é classificado como continuado, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a execução das atividades institucionais da Administração. Trata-se de demanda cuja necessidade se estende por mais de um exercício financeiro, sendo a vigência plurianual potencialmente mais vantajosa, especialmente para assegurar a regularidade do abastecimento e a continuidade das atividades essenciais do Incra /SE, em conformidade com este Termo de Referência e com os normativos federais aplicáveis.

3.13. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

3.14. Caberá à(s) Contratada(s) verificar e garantir a efetividade no atendimento dos postos de combustíveis cadastrados, inclusive no que diz respeito ao envio de orçamentos e ao atendimento das ordens de serviço resultantes de solicitações realizadas pelo Incra/SE.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Com o advento da Lei 14.133/2021, a necessidade de se estabelecer contratações governamentais com critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável ganhou maior destaque em comparação à Lei 8.666/1993;

4.1.2. No que tange aos critérios balizadores da seleção de requisitos para uma contratação sustentável, tomouse como indispensável a adoção das previsões contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis /AGU, especialmente quanto ao campo de "Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de veículos automotores";

4.1.3. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05 /1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes;

4.1.4. Não será exigido o requisito de utilização de combustíveis renováveis porque pode haver prestação de serviços públicos que motivam o uso dos veículos institucionais em faixas de fronteira e/ou em localidades desprovidas de abastecimento com combustíveis renováveis. No entanto, sempre que for possível, recomenda-se a adoção do uso de combustíveis renováveis, com o menor impacto ambiental possível; e

4.1.5. As políticas de sustentabilidade devem estar associadas ao abastecimento e à operação da frota, visando o consumo racional de combustível e a redução das emissões de poluentes.

4.1.5.1. Dar preferência a postos de abastecimento que possuam políticas de destinação ambientalmente adequada de resíduos, como óleos lubrificantes, embalagens e filtros, observando o disposto no artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e na Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005.

4.1.5.2. Garantir que os fornecedores ou postos de combustíveis credenciados recolham e realizem o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado, de filtros e demais resíduos gerados, por meio de empresas coletoras licenciadas ou revendedores autorizados, conforme o artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362/2005.

4.1.5.3. Incentivar a utilização de práticas de abastecimento que promovam a eficiência energética, como o controle rigoroso do consumo de combustível por veículo, evitando desperdícios e otimizando trajetos e operações. e

4.1.5.4. Capacitar os motoristas para conduzir os veículos de forma econômica e ambientalmente consciente, reduzindo emissões de gases poluentes e promovendo educação ambiental no uso da frota.

Subcontratação

4.2. *É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:*

4.2.1. *É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, que consiste em serviços continuados de gestão e controle de abastecimento de combustível da frota de veículos oficiais do Incra/SE, a serem executados por meio de sistema informatizado, integrado, online e em tempo real (real time), garantindo o acompanhamento completo do consumo e abastecimento da frota.*

4.2.2. *Os serviços devem ser prestados em postos de combustíveis credenciados nos municípios e regiões de atuação do Incra/SE, de maneira contínua e possuir capilaridade nacional compatível com a necessidade institucional.*

4.2.3. *A subcontratação fica limitada à rede de postos de combustíveis credenciados, que possibilitem a execução dos serviços de abastecimento por meio dos parceiros cadastrados e disponibilizados no sistema da empresa contratada, garantindo rastreabilidade, controle de consumo e gestão de abastecimento.*

4.2.4. *É vedado que os postos de combustíveis subcontratados repassem os serviços a terceiros não cadastrados ou não credenciados, a fim de preservar a rastreabilidade, o controle de qualidade e a confiabilidade do sistema de abastecimento da frota do Incra.*

4.3. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

4.4. *O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*

4.5. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

Garantia da contratação

4.6. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **anual** da contratação.*

4.8. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.8.1 *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.8.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.8.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.8.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.8.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.12.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.13.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.13.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.18. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*

4.18.1. *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*

4.18.2. *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*

4.19. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

4.20. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*

4.21. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

4.22. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.*

Vistoria

4.23. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

4.24. *A Contratante não terá nenhum vínculo, obrigação ou responsabilidade para com a(s) rede(s) credenciada(s), sendo de inteira responsabilidade da Contratada os direitos gerados a favor dos postos e demais estabelecimentos credenciados, oriundos da execução do contrato, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: a Contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a data da assinatura do contrato para o início da execução propriamente dita dos serviços contratados.*

5.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:*

5.1.2.1. *Destaca-se que os itens 5.1.2.1.1. a 5.1.2.1.27. se referem e são aplicáveis na execução dos serviços de controle de abastecimento veicular.*

5.1.2.1.1. *As obrigações geradas pela execução do contrato será exigidas da empresa eventualmente contratada, imputando-se à mesma as responsabilidades e as penalidades pelas obrigações não cumpridas. Os sistemas da empresa contratada para o serviço contínuo de gestão e controle de abastecimento de veículos deverá permitir o bloqueio e o desbloqueio dos veículos cadastrados no sistema a pedido da Contratante;*

5.1.2.1.2. *Os sistemas tecnológicos de autogestão disponibilizados por meio de site operacional de navegação deverão permitir a extração de informações pertinentes ao objeto contratual à Contratante, por meio da emissão de relatórios gerenciais, conforme decisão do Gestor do Contrato. O referido sistema deve propiciar o acompanhamento de todas as operações em*

andamento, avaliação dos orçamentos, bem como novas solicitações de serviços. O sistema deverá, também, interagir com os usuários, gestores da frota e prestadores de serviço, respeitando os níveis de acesso determinados pela Contratante.

5.1.2.1.3. A Contratada para a prestação dos serviços ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por qualquer meio, sem autorização prévia e por escrito da Administração do Contratante.

5.1.2.1.4. A Contratada deverá providenciar, sempre que solicitado pela Contratante e no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da emissão da respectiva solicitação, o credenciamento de algum novo estabelecimento parceiro, sempre que o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou caso os preços praticados pelas empresas constantes das redes credenciadas não estejam dentro dos limites usuais do mercado, ou ainda, por quaisquer outras questões técnicas ou operacionais, sob o risco de implicar em descumprimento contratual e da aplicação das sanções cabíveis.

5.1.2.1.5. Todos os estabelecimentos integrantes das redes credenciadas da Contratada para o serviço contínuo de controle de abastecimento deverá ser por esta respectivamente reembolsados, inexistindo quaisquer vínculos ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviço.

5.1.2.1.6. A empresa contratada para a prestação do serviço contínuo de controle de abastecimento deverá fornecer as garantias e a segurança das plataformas disponibilizadas para a operação, conforme termos a seguir:

- a) A autorização para qualquer operação será possível somente após digitação de uma senha válida do usuário, que deve ser pessoal e intransferível;
- b) O bloqueio do uso da senha deverá ser online e a partir da base operacional definida pela Contratante, mediante senha /rotina específica;
- c) Troca periódica ou validação de senha pessoal, será possível mediante solicitação da Contratante;
- d) Cancelamento de senha será possível mediante solicitação emitida pelos Fiscais do Contrato designados pela Contratante;
- e) O uso indevido de senha de USUÁRIO não autorizado, cancelado ou bloqueado pelos Fiscais do Contrato, será considerado falha do sistema e as despesas efetivas será suportada pela Contratada.

5.1.2.1.7. A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

5.1.2.1.8. Os sistemas disponibilizados pela Contratada deve ser compatíveis com o sistema operacional Windows XP/2000/Vista/Seven/10 ou superior, navegadores e ferramentas de escritório padrões Microsoft, sendo de responsabilidade das proponentes quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

5.1.2.1.9. Os sistemas deverão viabilizar o controle de produtos e serviços contratados, com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, devendo estas informações estarem disponíveis para consulta na web imediatamente após realizada a transação.

5.1.2.1.10. As operações (transações) realizadas nas plataformas da Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações individuais:

- a) Base de gerenciamento;
- b) Placa e demais dados de identificação do veículo;

- c) Município / UF / Estabelecimento;
- d) Data e hora;
- e) Tipo de operação (compra, consulta, estorno, etc);
- f) Origem (P.O.S., Central de atendimento);
- g) Produto adquirido ou serviço prestado;
- h) Quantidade;
- i) Valor da operação por veículo;
- j) Identificação do responsável pelo abastecimento ou serviço;
- k) Marcação da quilometragem/horímetro do veículo;
- l) Valor unitário do produto;
- m) Valor da compra ou do serviço.

5.1.2.1.11. A Contratada deverá replicar todos os dados relativos às transações realizadas, quando solicitadas, ao banco de dados do Incra em meio a ser acordado.

5.1.2.1.12. A Contratada deverá fornecer modelo de dados atualizado do banco de dados.

5.1.2.1.13. A Contratada deverá fornecer cópia completa do banco de dados relativo a veículos, usuários e transações realizadas em formato inteligível para planilhas ou banco de dados ao término de cada exercício fiscal, gravado em meio magnético ou disponível para download.

5.1.2.1.14. A Contratada deverá permitir o acesso da Contratante ao sistema, ao banco de dados e aos relatórios gerenciais, via internet, 24 horas por dia, todos os dias, durante a vigência do contrato.

5.1.2.1.15. A Contratada deverá garantir os produtos fornecidos e os serviços executados que forem demandados para a satisfação do objeto contratual pelas suas redes credenciadas, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, desde que seja comprovada a ocorrência de vício ou de falha nos produtos fornecidos e/ou serviços realizados.

5.1.2.1.16. Qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de reparação, despesas com deslocamento de equipes e comunicação, entre outros, correrá por conta e responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

5.1.2.1.17. Os produtos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata e às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.2.1.18. O valor mensal será cobrado pelo serviço de intermediação nos serviços contratados de controle de abastecimento veicular, será calculado com base no valor bruto faturado para os serviços de abastecimento executados no mês de referência, estimado nos moldes estabelecidos neste Termo de Referência, e valorados a partir do % definido na proposta comercial.

5.1.2.1.19. A Contratante não fornecerá à Contratada quaisquer materiais, equipamentos, mão de obra, ou outros meios para a execução do objeto.

5.1.2.1.20. A Contratada arcará com todo o ônus necessário à completa execução dos serviços de que trata o presente Termo de Referência.

5.1.2.1.21. Não será permitida a divulgação dos serviços relacionados no presente termo pela Contratada sem prévia anuência da Contratante.

5.1.2.1.22. As informações geradas a partir da execução dos serviços contratados, serão de propriedade da Contratante.

5.1.2.1.23. Todo o investimento necessário à implantação dos sistemas utilizados para os serviços constantes da pretendida contratação (serviço de controle de abastecimento), como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura está incluída na taxa de administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado para cada serviço contratado, não cabendo nenhum ônus adicional à Contratante e não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pelo Incra/SE.

5.1.2.1.24. Para a implantação dos sistemas utilizados para os serviços constantes da pretendida contratação, serviço de controle de abastecimento, não poderá ocorrer modificação ou instalação de equipamentos nos veículos.

5.1.2.1.25. Sempre que solicitado, a Contratada deverá ministrar treinamento inaugural a gestores ou fiscais indicados pela Contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização dos sistemas de informação a serem disponibilizados para cada serviço a ser contratado, sem qualquer custo adicional a ser faturado, sob pena de sanção em caso de descumprimento. Quando da alteração de funcionalidades que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.

5.1.2.1.26. A Contratada deverá manter serviço de Central de Atendimento para prover suporte técnico operacional disponível 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, através de atendimento via correio eletrônico (e-mail) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços, sob risco de sanção contratual em caso de descumprimento.

5.1.2.1.27. A Contratada é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados pelo valor efetivamente consumido, não respondendo, em nenhuma hipótese, o Incra /SE, nem solidária e nem subsidiariamente, por esse pagamento.

5.1.2.1.28. Realizar os pagamentos aos estabelecimentos credenciados, referentes aos serviços de fornecimento de combustíveis, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura, que ocorrerá logo após a conclusão dos serviços e/ou fornecimento, independentemente da realização do pagamento pela Contratante, sob pena de sanção. Não sendo efetuado pagamento no prazo estabelecido neste subitem, será aplicada multa à Contratada que descumprir o referido prazo, conforme demonstrativo abaixo:

I. De 01 (um) a 05 (cinco) dias, 3% (cinco por cento) do valor dos serviços e/ou fornecimento;

II. De 06 (seis) a 10 (dez) dias, 5% (dez por cento) do valor dos serviços e/ou fornecimento;

III. De 11 (onze) a 15 (quinze) dias, 10% (quinze por cento) do valor dos serviços e/ou fornecimento;

IV. Acima de 16 (dezesesseis) dias, 20% (vinte por cento) do valor dos serviços e/ou fornecimento.

5.1.2.28.1. Os percentuais acima apresentados não são cumulativos.

5.1.3. **ABASTECIMENTO VEICULAR**

5.1.3.1. A localização dos estabelecimentos de abastecimento e demais serviços a serem contratados, sempre que possível, deverá atender os seguintes requisitos:

- a) Localizar-se, preferencialmente, em rodovias e estradas federais ou estaduais de relevância regional.
- b) Distar, no máximo, 15 km da Sede do Incra/SE.
- c) Distar, no máximo, 100 km entre si.

5.1.3.2. A Contratada deverá credenciar e disponibilizar, mediante solicitação da Contratante, no mínimo 3 (três) postos de combustíveis credenciados e operacionais em todo o território nacional, localizados nos municípios considerados estratégicos para as rotas de atuação do Órgão Contratante. O credenciamento deverá atender aos critérios estabelecidos neste item e no Estudos Técnicos Preliminares, inclusive quanto às localidades que abrangem a área de atuação do Incra/SE. O prazo para efetivação do credenciamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal da Contratante.

5.1.3.3. Os estabelecimentos credenciados deverão, preferencialmente, prestar atendimento no seguinte horário: de segunda a sexta feira, das 08h às 18h, aos sábados, das 08h às 12h, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento.

5.1.3.3.1. Os estabelecimentos credenciados deverão, excepcionalmente, prestar atendimento no horário compreendido entre às 06h e às 22h, inclusive nos domingos e feriados, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento, de forma a atender às demandas emergenciais fora do horário comercial.

5.1.3.4. A Contratada deverá fornecer sistema on-line que possibilite a obtenção, por parte da Contratante, de relatórios gerenciais, com, no mínimo, as seguintes informações por período de análise:

- a) Identificação do veículo e motorista;
- b) Leitura do hodômetro do veículo (km);
- c) Local (estabelecimento), data e hora da transação;
- d) Discriminação do tipo de produto ou serviço fornecido com a composição do gasto total por mês e principais indicadores (R\$, litros, km, R\$/km, R\$/litro, km/litro) de abastecimento com comparativo mês a mês, por 12 meses;
- e) Quantidade referente a unidade da transação executada (Litros de combustível);
- f) Valor da operação por veículo indicando o gasto em R\$ (reais) dos abastecimentos e demais serviços, quantidade de transações, cartões ativos (quando houver), cancelados e transações no período;
- g) Ranking dos condutores e estabelecimentos com transações bloqueadas.

5.1.3.5. A prestação dos serviços deverá atender a frota pertencente ao patrimônio do Incra/SE e outros veículos que venham a ser substituídos ou acrescidos à atual frota, bem como aqueles que estejam à disposição/serviço cedidos à Contratante por meio de convênio, contratos, cessões, comodatos ou ordem judicial, e ainda, aos veículos porventura locados pelo órgão, se houver.

5.1.3.6. Os estabelecimentos a serem credenciados pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com objeto do presente Termo de Referência.

5.1.3.7. Os insumos a serem fornecidos constam no rol que se segue:

- a) Gasolina comum ou aditivada;

b) Etanol comum e/ou aditivado;

c) Diesel do tipo comum, S-10, S-500, biodiesel ou qualquer outro necessário ao perfeito funcionamento do veículo; e

d) Qualquer outro tipo de combustível a ser indicado pela Contratante necessário ao perfeito abastecimento do veículo.

5.1.3.8. Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento da aquisição de combustíveis, propiciando a gestão e controle detalhado das informações à Contratante.

5.1.3.9. A Contratada deverá:

a) Apresentar, na plataforma, a relação atualizada de sua rede de postos credenciados, apta a atender em todo o Estado de Sergipe, especialmente nos municípios que integram a área de atuação do Incra/SE, e possuir capilaridade nacional compatível com a necessidade institucional, de forma a garantir o abastecimento de todos os veículos que compõem a frota da Contratante, independentemente de suas características, e daqueles que vierem a ser incorporados ao seu patrimônio.

b) Manter um representante/preposto, obrigatoriamente, para prestar, junto a Contratante, esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite tempestivamente o permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, sábados, domingos e feriados.

c) Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

d) Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema on-line, a Contratada deverá disponibilizar meios alternativos e igualmente seguros que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados sem prejuízo da transparência e conformidade das operações realizadas.

e) Sempre que houver interesse da Contratante, a Contratada deverá providenciar, às suas expensas, o credenciamento de novo estabelecimento, conforme solicitação da Contratante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.1.3.10. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

5.1.3.10.1. O sistema deverá gerar e disparar relatórios semestralmente para cada veículo cadastrado de forma a permitir a verificação do gasto realizado com o serviço de abastecimento veicular, com o detalhamento do gasto e do quantitativo realizado por tipo de combustível, por estabelecimento, por período, por quilometragem, indicando valores médios e medianos para cada parâmetro assim como o % de consumo do valor contratual para monitoramento do saldo do valor do contrato.

5.1.3.10.2. O sistema deverá enviar alertas de emissão, movimentação ou atualização das Notas Fiscais e demais solicitações, por e-mail, ao usuário solicitante do serviço de forma a atualizar o status do andamento de cada serviço e, deverá permitir a interação no ambiente virtual, com o registro da comunicação pelo envio da conversa do chat por e mail, tanto com a Contratada quanto com os postos de combustíveis cadastrados.

5.1.3.10.3. O sistema deverá possibilitar que avisos de cobranças e demais alertas possam ser excluídos ou fechados pelos usuários após a confirmação e o registro de sua ciência; e

5.1.3.10.4. O sistema deverá possibilitar o envio de e-mail com alerta de transações fora do padrão e também deverá permitir a liberação de transações bloqueadas via web em tempo real, respeitados os níveis de permissão concedidos pela Contratante a cada Usuário.

5.1.3.11. A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos, através de:

a) Sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.

b) Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos produtos e serviços adquiridos junto à rede credenciada no momento do abastecimento.

c) Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (on line).

d) Acesso para os Gestores, Fiscais e demais usuários cadastrados no sistema, possibilitando a consulta, a autorização, a aprovação, a rejeição, a correção de transações, a emissão e a consulta de relatórios, permitindo ainda o cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela Contratante.

e) Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de produtos e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis. f) Rede de postos de abastecimento equipados para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada. g) Interface digital e amigável.

h) Sistema que disponibilize a localização georreferenciada dos estabelecimentos cadastrados, com indicação dos mesmos em mapa.

i) Sistema que disponibilize aviso via e-mail quando do descadastramento e cadastramento de novos postos de combustíveis, ou quando houver qualquer falha no sistema ou na máquina operadora dos cartões dos postos de combustíveis que impossibilitem o reconhecimento do serviço prestado;

j) Sistema que disponibilize a funcionalidade de "comparar preços praticados" e "negociar preços com o fornecedor" e filtros "por cidade", "por oficina cadastrada";

k) Aplicativo interligado com o sistema da Contratada e compatível com o sistema operacional de informática usado pela Contratante, disponível para instalação em aparelho celular móvel, com informações da rede credenciada, localização dos estabelecimentos, com os preços praticados pelos estabelecimentos da rede credenciada, e demais informações que sejam identificadas como necessárias para a satisfatória execução contratual.

5.1.3.12. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento das demandas da Contratante deverá ser de até 3 (três) dias úteis contados da notificação.

5.1.3.13. As informações relativas às transações realizadas deverão ser disponibilizadas online no sistema de gestão.

5.1.3.14. Sob nenhuma hipótese, caberá à Contratada a autorização de execução de serviços ou aquisições de produtos, ficando sob sua única responsabilidade, o ônus havido de uma execução de serviço/materiais nesses parâmetros.

- 5.1.3.15. O controle de transações deverá ser auditado pela própria Contratada a partir da assinatura do contrato, promovendo as diligências e os saneamentos necessários à implantação e manutenção do sistema, sem prejuízo das auditorias promovidas pelo Incra ou pelos órgãos de controle da Administração Pública Federal, a qualquer tempo.
- 5.1.3.16. Os relatórios gerenciais disponibilizados pela(s) Contratada(s) deverão permitir à Contratante verificar o consumo de combustível e demais produtos e serviços utilizados pela frota, por tipo de combustível, a quantidade de transações, o valor pago por tipo de transação, o histórico da Unidade de Abastecimento, diagnosticar diferenças significativas de consumo de combustível e outros, de forma geral, por unidade regional e individual.
- 5.1.3.17. A Contratada será a única responsável por garantir que os postos de abastecimento credenciados atendam às exigências descritas neste Termo de Referência.
- 5.1.3.18. O contrato também poderá ser utilizado para abastecimento de equipamentos diversos que necessitem de combustível do tipo automotivo ou assemelhado, utilizados no âmbito do Incra/SE desde que expressamente autorizados pela Contratante.
- 5.1.3.19. Para atender às excepcionalidades do Incra/SE, o sistema de controle de abastecimento deverá possibilitar o lançamento manual das transações com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a manter os serviços contratados em casos de pane ou de inoperância do sistema informatizado no local de abastecimento ou ainda de perda dos cartões dos veículos ou dos usuários.
- 5.1.3.20. O sistema para a administração e a manutenção básica de cartões de controle de abastecimento deverá ser disponibilizado para a Contratante de maneira a realizar procedimentos como correção de transações, alterações de senhas, atualização, bloqueio e liberação.
- 5.1.3.21. A rede credenciada deverá estar equipada de forma a integrar o sistema de abastecimento com a utilização dos cartões de usuário e veículo.
- 5.1.3.22. No ato da utilização dos produtos ou serviços será obrigatória a utilização do cartão do veículo, que deverá possuir senha individual.
- 5.1.3.23. Cada usuário será cadastrado no sistema de controle de abastecimento da Contratada e identificado por características básicas de, no mínimo, nome e matrícula.
- 5.1.3.24. As senhas deverão ser informadas de forma segura e inviolável, através de correspondência, eletrônica ou comercial, no prazo máximo de até 03 (três) dias, a partir da solicitação feita pelo fiscal.
- 5.1.3.25. O condutor, devidamente identificado e validado no momento do abastecimento, será considerado responsável pela respectiva transação.
- 5.1.3.26. Não será permitido abastecimento de veículos não cadastrados, por responsável não identificado ou sem que esteja previamente autorizado.
- 5.1.3.27. O sistema de controle de abastecimento deverá possibilitar a utilização de diversos combustíveis para um mesmo veículo e/ou equipamento, face a existência de veículos bicom bustíveis na frota do Incra/SE, bem como dos demais produtos e serviços constantes no objeto do presente Termo de Referência.
- 5.1.3.28. Caso seja necessária a confecção de novos cartões de abastecimento em razão da transferência de veículos ou usuários, o custo correspondente será de responsabilidade exclusiva da Contratada, não cabendo qualquer ressarcimento por parte da Contratante.
- 5.1.3.29. O sistema de controle de abastecimento deverá possibilitar o bloqueio imediato do uso de qualquer cartão, localmente pelo respectivo fiscal e nacionalmente pelo gestor, ou ainda quando da comunicação de perda ou extravio ao serviço de suporte técnico.

5.1.3.30. O sistema de controle de abastecimento deverá possibilitar o bloqueio temporário a fim de evitar custos com confecção e emissão de novo cartão.

5.1.3.31. O sistema de controle de abastecimento deverá ter a funcionalidade de solicitação e emissão de segunda via de cartões. Quando a substituição de cartões for necessária em razão do desgaste decorrente do seu uso normal, a Contratada deverá providenciar a sua substituição, sendo ressarcida pela Contratante.

5.1.3.32. A Contratante desconsiderará possíveis transações efetuadas depois da comunicação de dano físico, perda ou extravio do cartão à Contratada.

5.1.3.33. O sistema de controle de abastecimento deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- a) Identificação do posto (nome, município, UF);
- b) Identificação do veículo (marca/modelo, placa, lotação);
- c) Registro de hodômetro;
- d) Tipo de combustível;
- e) Data e hora da transação;
- f) Quantidade referente a unidade da transação executada;
- g) Valor da operação;
- h) Saldo (crédito ainda existente no cartão do veículo);
- i) Identificação do Condutor (Nome e Matrícula).

5.1.3.34. Em casos excepcionais, em que a transação for realizada off-line, ou seja, mediante preenchimento manual de formulário ou outro meio cabível, o registro deverá conter as informações constantes no subitem anterior.

5.1.3.35. A Contratada deverá prover suporte técnico operacional disponível 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, através de atendimento via correio eletrônico (e-mail) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços.

5.1.3.36. Todos os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

5.1.3.37. A Contratada deverá manter controle dos estabelecimentos de abastecimento quanto a regularidade e qualidade dos combustíveis.

5.1.3.38. No caso de identificação da adulteração de combustíveis, infrações legais ou normativas cometidas pelos estabelecimentos credenciados, a Contratada obriga-se a informar de imediato à Contratante e denunciar às autoridades competentes as irregularidades, adotando em paralelo medidas necessárias ao saneamento.

5.1.3.39. Promoções, descontos ou vantagens promovidas pelos estabelecimentos credenciados deverão estender-se irrestritamente à Contratante.

5.1.3.40. Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos valores médios praticados por unidade da Federação divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a título de checagem quanto à adequação aos preços praticados pelo mercado.

5.1.3.41. O preço a ser pago pelo combustível terá como limite o valor praticado a vista.

5.1.3.41.1. Os preços dos combustíveis e a variação de preços durante a vigência contratual deve observar o percentual de desconto objeto da proposta apresentada na licitação sobre o preço médio apurado na tabela da ANP.

5.1.3.42. Serão configurados como abusivos os valores superiores ao máximo praticado por região divulgado nas tabelas da Agência Nacional do Petróleo - ANP - relativo ao respectivo tipo de combustível.

5.1.3.43. No caso de configuração de valor abusivo, a Contratada deverá submeter justificativa do preço praticado à Contratante, respondendo por eventual dolo ou culpa decorrente de erro ou omissão, inclusive com o ressarcimento de valores.

5.1.3.44. A Contratante, a qualquer tempo, se reserva ao direito de promover diligências sobre quaisquer preços de produtos ou serviços informados pela Contratada, configurados como abusivos ou não.

5.1.3.45. Eventuais danos comprovadamente causados por utilização de combustível de baixa qualidade fornecido em loja credenciada serão reparados pela Contratante, sem prejuízo de diligências para aferimento da qualidade do produto ofertado no respectivo estabelecimento e responsabilização da Contratada, caso seja comprovado.

5.1.4. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.4.1. A Contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis entre a assinatura do contrato e o início da execução propriamente dita dos serviços para as adequações necessárias quanto à implantação e disponibilização dos sistemas, inclusive quanto ao cadastro dos usuários autorizados pela gestão contratual, e quanto ao credenciamento dos estabelecimentos das redes que suportarão a execução dos serviços de abastecimento e de manutenção veicular, sob risco de sanção tendo em vista o possível impacto no andamento das atividades do Incra decorrente desse atraso.

5.1.4.2. Após o início da execução contratual, a Contratada terá o prazo de 30 dias corridos para o treinamento da equipe de usuários cadastrados nos sistemas para capacitação dos mesmos na utilização das plataformas disponibilizadas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Unidade do Incra	Endereço	Telefone
Superintendência Regional do Incra em Sergipe -SR(23)SE	Avenida Coelho e Campos nº 1.300, Bairro Getúlio Vargas, CEP.: 49.060-000, Aracaju/SE.	(79) 4009-1517 (79) 4009-1535 (79) 4009-1540

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. Os serviços objeto dessa contratação, a saber: controle de abastecimento, deverá estar disponível e ser prestados sempre que forem demandados, no mínimo, no seguinte horário: de segunda a sexta feira, das 08h às 18h, aos sábados, das 08 às 12 horas, e em situações esporádicas aos domingos e feriados conforme necessidade e solicitação do setor responsável.

5.3.1.1 Excepcionalmente, pela natureza do serviço, o abastecimento veicular deve estar disponível diariamente, inclusive nos domingos e feriados, a partir das 06h às 22h para atender às demandas fora do horário comercial.

5.3.1.2. A empresa contratada deverá disponibilizar contato de telefone do responsável pelos serviços, tendo este a obrigatoriedade de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas para solucionar as solicitações das chamadas.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.4.1.1. Comunicar à Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega ou da execução do serviço pretendido na contratação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e as opções para o reagendamento, caso cabível.

5.4.1.2. As comunicações a serem estabelecidas entre o órgão e a(s) prestadora(s) de serviços serão preferencialmente:

a) Por mensagem eletrônica para tratativas com a fiscalização do contrato e envio das Notas Fiscais.

b) Os faturamentos serão realizados por Nota Fiscal Eletrônica, devendo constar em seu corpo (descrição dos serviços) o valor de total de cada Item, separadamente como reembolso, acrescentada a descrição dos serviços - ou o devido desconto no rodapé do documento fiscal, conforme o caso.

5.4.1.3. A contratante efetuará o pagamento dos créditos efetivamente utilizados, acrescido do percentual ou desconto relativo à taxa de administração dos serviços de controle de abastecimento, contratados para permitir o gerenciamento da frota de forma satisfatória.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.6.1. A frota atual do Incra/SE compreende os veículos relacionados no Anexo IV deste Termo de Referência.

5.6.2. Para o serviço de controle de abastecimento: disponibilização de tecnologia baseada na utilização de cartão magnético, cartão eletrônico com chip (smart card) ou outro meio de identificação eletrônica, operado em rede de estabelecimentos credenciados para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum/S-500 e aditivado, diesel S-10, etanol e ARLA 32).

5.6.3. O sistema deverá garantir o controle individualizado por veículo, a rastreabilidade das operações, a segurança das transações e a emissão de relatórios gerenciais, sendo disponibilizada rede de postos de combustíveis sob diversas bandeiras, de modo a assegurar capilaridade, agilidade no abastecimento e atendimento às necessidades da Administração, em conformidade com as condições estabelecidas neste Estudo e no respectivo Termo de Referência.

5.6.4. A contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da legislação vigente.

5.6.5. A gestão do abastecimento da frota de veículos, a ser realizada pela Contratante e pela Contratada, deverá ocorrer por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreendendo o registro, a autorização e o acompanhamento das operações de abastecimento, bem como o fornecimento de combustíveis, conforme especificado no Estudo e nesse Termo de Referência.

5.6.5.1. O sistema deverá possibilitar o controle individualizado por veículo, a rastreabilidade das transações, a emissão de relatórios gerenciais e o monitoramento do consumo, nos diversos estabelecimentos credenciados pela Contratada, de forma a assegurar eficiência, transparência e adequada gestão dos recursos públicos.

5.6.6. O serviço de controle de abastecimento de veículos deverá ser prestado por meio de rede credenciada capaz de atender às necessidades da frota de veículos oficiais do Incra/SE, e possuir capilaridade nacional compatível com a necessidade institucional compatível com a necessidade institucional, de forma contínua, conforme apresentado no item 5.6.1. deste Termo de Referência..

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

6.6. A responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato caberá a(aos) servidor(es) ou comissão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.7. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

Preposto

6.8. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.9. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto. Contudo, deverá manter o preposto em condições de disponibilidade e de prontidão para representá-la na execução do serviço sempre que for necessário, durante o período de vigência contratual, sob pena de sanção administrativa em caso de indisponibilidade.

6.10. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III deste Termo de Referência.*

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, inclusive quanto à utilização de indicadores próprios de uso estabelecidos pelo Contratante.*

7.5. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.5.1. As notas fiscais de serviços ou faturas serão encaminhadas para o Contratante;

7.5.2. A administração do Incra/SE adotará providências junto ao fiscal do contrato, visando o ateste da execução do serviço por meio de:

7.5.2.1. Conferência dos serviços realizados com o previsto no Termo de Referência e no Contrato;

7.5.2.2. Conferência dos abastecimentos realizados no período faturado;

7.5.2.3. Conferência dos preços praticados em relação àqueles anunciados ou divulgados pela Contratada.

7.5.3. O fiscal do contrato registrará, nas notas fiscais de serviço ou faturas, as ocorrências que importem em glosa de valores, indicando o motivo e o valor a ser glosado, devendo observar as condições ajustadas.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (*cinco*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *mensal*.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.23. Quando a fiscalização e a gestão do contrato justificadamente for exercida por um único servidor, caberá a ele praticar todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

Liquidação

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.34. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.40. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.40.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.40.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.41. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 13% (treze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 11% (onze por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com modo de disputa ABERTO E FECHADO, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, ofertado pelo licitante para o item, em conformidade com o item 3.4.2. do Manual "Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU", disponibilizado em <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/3-4-2-maior-desconto/>.

9.1.1. O julgamento se dará pelo critério de maior desconto e na fase de lances, o licitante cadastrará o desconto total para o item, o que deverá ser discriminado na fase de julgamento na planilha orçamentária que fará parte da proposta comercial a ser encaminhada juntamente com a documentação.

9.1.2. Na execução contratual, para composição do valor de pagamento, o fornecedor ficará vinculado ao percentual de desconto da proposta comercial, referida no item anterior, apresentada na licitação e este será aplicado sobre o valor bruto faturado pela execução dos serviços de fornecimento de combustíveis, a depender do contrato.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3.1. Nessa contratação emprega-se a empreitada por preço unitário por se tratar de caso em que não se conhece de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais do serviço pela própria natureza do serviço, que é executado normalmente sob demanda, a qual pode apresentar certa variabilidade a depender da agenda institucional implementada e das atividades resultantes da mesma.

Exigências[A8] de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.22. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Um ou mais atestados de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e

compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que o licitante executa ou executou contrato correspondente a 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas pela Administração que constam no Anexo IV do Termo de Referência, ou seja, para uma frota de 07 (sete) veículos.

9.33.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.43. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.44. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.45. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.46. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.47. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.48. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado anual da contratação é de **R\$212.711,67 (duzentos e doze mil setecentos e onze reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: 373052/37211;
- II. Fonte de recursos: 1052000231;
- III. Programa de trabalho: 226003;
- IV. Elemento de despesa: 339039; e
- V. Plano interno: A3220000301.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas **exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.**

Aracaju/SE, 18 de maio de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

13.1. NÃO SE APLICA

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ACACIA MARIA CHAGAS CARVALHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 16:28:00.

WESLEY TEIXEIRA RODRIGUES DE MENEZES

Membro da comissão de contratação

SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 54000.005778/2026-81

2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de Estudo Técnico Preliminar que tem por objetivo demonstrar a necessidade de disponibilização de serviços continuados de gestão e controle de abastecimento de veículos da frota institucional, bem como identificar e analisar as soluções disponíveis e viáveis no mercado para o atendimento dessa demanda.

2.2. De forma preliminar, entende-se que a solução mais adequada para suprir tal necessidade consiste na contratação de serviço continuado de gerenciamento de abastecimento, integrante do sistema de gestão de frota, a ser operacionalizado por meio de sistema informatizado e integrado, via web, online e em tempo real, destinado ao atendimento dos veículos oficiais da Superintendência Regional do Incra no Estado de Sergipe - SR(23)SE, mediante rede de postos de combustíveis credenciados na rede da Contratada, distribuída no Estado de Sergipe, área de atuação do Incra/SE, e possuir capilaridade nacional compatível com a necessidade institucional.

2.3. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, autarquia federal criada pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), atualmente vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, dotada de autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito público, possui como principais finalidades institucionais:

- a) executar a política de reforma agrária e promover o ordenamento fundiário nacional;
- b) administrar os projetos de assentamento de trabalhadores rurais, assegurando a infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável dessas áreas;
- c) implementar e acompanhar programas de regularização fundiária em terras da União;
- d) apoiar a agricultura familiar por meio de políticas de desenvolvimento territorial;
- e) exercer o poder de polícia administrativa sobre as terras públicas da União destinadas à reforma agrária;
- f) promover a integração de políticas públicas em áreas de assentamentos rurais, em articulação com instituições federais, estaduais e municipais, visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável dessas comunidades.

2.4. Para o cumprimento de sua missão institucional, o Incra dispõe de estrutura descentralizada em todo o território nacional, composta por Superintendências Regionais e unidades administrativas, além da Sede Nacional, localizada em Brasília/DF, onde se concentram as diretorias, coordenações-gerais e demais unidades responsáveis pela formulação, coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas de reforma agrária e ordenamento fundiário.

2.5. No âmbito do Estado de Sergipe, as ações institucionais são executadas pela Superintendência Regional do Incra em Sergipe – SR(23)SE, cuja atuação abrange diversos municípios e projetos de assentamento rural distribuídos pelo território estadual. Em razão dessa abrangência territorial e das características predominantemente rurais das áreas atendidas, muitas atividades institucionais demandam deslocamentos frequentes para localidades de difícil acesso.

2.6. Nesse contexto, a utilização de veículos oficiais constitui elemento essencial para a execução das atividades institucionais, tais como vistorias técnicas, supervisão ocupacional, fiscalização de áreas, acompanhamento de projetos de assentamento, apoio a ações de desenvolvimento territorial e articulação com entes públicos locais, garantindo o deslocamento seguro dos servidores designados, bem como o transporte de materiais necessários ao desempenho dessas atividades.

2.7. Em razão dessas especificidades operacionais, a Superintendência Regional do Incra em Sergipe mantém frota própria de veículos, atualmente composta por 14 (catorze) veículos em condições adequadas de uso, excluídos aqueles considerados ociosos ou destinados a desfazimento, os quais são utilizados para dar suporte às atividades administrativas e às ações finalísticas desenvolvidas pela Autarquia no Estado.

Tabela 1: Relação de veículos que compõem a frota veicular do Incra/SE.

Marca	Modelo	Placa	Combustível	Ano de Fabricação
Mitsubishi	Pick-UP Mitsubishi L200 TRITON SPO GL	RER-2C84	Óleo Diesel	2021/2022

Mitsubishi	Pick-UP Mitsubishi L200 TRITON SPO GL	RER-2C44	Óleo Diesel	2021/2022
Mitsubishi	Pick-UP Mitsubishi L200 TRITON SPO GL	RER-2C15	Óleo Diesel	2021/2022
Mitsubishi	Pick-UP Mitsubishi L200 TRITON SPO GL	RER-2C12	Óleo Diesel	2021/2022
Mitsubishi	Pick-UP Mitsubishi L200 TRITON SPO GL	RER-2C42	Óleo Diesel	2021/2022
Fiat	Pick-UP Fiat Toro Endurance ATD4	REE-1A95	Óleo Diesel	2020/2020
Fiat	Pick-UP Fiat Toro Endurance ATD4	REE-2A16	Óleo Diesel	2020/2020
Fiat	Pick-UP Fiat Toro Endurance ATD4	REE-2A19	Óleo Diesel	2020/2020
Mitsubishi	Pick-UP Mitsubishi L200 TRITON SPT GL	QMF-6632	Óleo Diesel	2018/2019
Mitsubishi	Pick-UP Mitsubishi L200 TRITON SPT GL	QMF-6643	Óleo Diesel	2018/2019
Ford	Pick-UP Ford Ranger XL	QKT-1892	Óleo Diesel	2015/2015
Mitsubishi	Pick-UP Mitsubishi L200 TRITON GL D	OZB-7975	Óleo Diesel	2014/2015
Volkswagem	Pick-UP Volkswagen / Amarok CD 4 x 4	OZB-9978	Óleo Diesel	2013/2014
Fiat	Pálio WK Attrac 1.4	NVM-3E84	Gasolina	2012/2012

2.8. Por fim, com o objetivo de atender às demandas relacionadas às atividades finalísticas, faz-se necessária a contratação de serviços continuados que viabilizem o adequado controle e gerenciamento do abastecimento da frota de veículos oficiais.

2.9. Destaca-se que o presente documento, denominado Estudos Técnicos Preliminares (ETP), tem por finalidade analisar a viabilidade da contratação pretendida, em consonância com as condições, quantidades e exigências aqui estabelecidas, subsidiando a tomada de decisão quanto à solução mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa identificada.

2.10. Ressalte-se que este ETP é elaborado em atendimento às disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e a utilização do Sistema ETP Digital, bem como às demais normas aplicáveis à fase de planejamento da contratação no âmbito da Administração Pública Federal.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. Os serviços a serem contratados deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência, assim como na legislação aplicada.

3.2. Trata-se de serviços de natureza comum, visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, e continuados, por se tratarem de serviços contratados pela Administração Pública para a consecução das atividades finalísticas e a manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidades permanentes ou prolongadas dada a natureza do serviço. Ademais, trata-se de serviço a ser executado conforme a demanda proveniente das atividades do órgão o que implica em dispêndio orçamentário e financeiro proporcionais à utilização dos serviços disponibilizados.

3.3. Os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. A prestação desses serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. Além disso, a contratada deverá possuir estrutura administrativa, tecnológica, operacional e de pessoal suficientes para proporcionar a execução dos serviços previstos neste instrumento, dentro dos níveis mínimos de execução exigidos pela contratante, além de atender ao disposto nos seguintes instrumentos normativos que regem essa contratação:

- Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta;
- Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, que define as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei nº 14.133/21 e suas alterações; - IN nº 1/2010 - SLTI/MPDG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª ed., Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União;
- Decreto nº 9.287/2018, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- IN nº 3/2008 - SLTI/MPDG, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;

3.5. Conforme orienta o art. 18 da Lei 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação. Dito isto, há que se buscar uma ponderação e compatibilização entre esses tantos aspectos, de forma a buscar as melhores soluções técnicas e mercadológicas disponíveis no mercado que atendam às necessidades do órgão e sejam suportadas pela equipe de servidores existente e designada para gerir tais modelos e vice-versa

3.6. Assim sendo, deve-se levar em conta as contratações anteriores voltadas ao pleno atendimento da necessidade de transporte terrestre dos servidores, materiais e agentes públicos lotados no Incra/SE, sobretudo em relação à experiência administrativa dessa Instituição por meio da gestão e fiscalização durante a execução dos contratos administrativos anteriores com o mesmo escopo uma vez que cada órgão apresenta suas especificidades quanto à sua frota de veículos no que diz respeito às marcas, idade da frota, frequência de uso, percursos e locais demandados, entre outros fatores que diferenciam as frotas umas das outras e impactam nas comparações das contratações realizadas.

3.7. Nesse sentido, na intenção de encontrar os aspectos que ensejaram a escolha da presente solução administrativa, é dever da equipe de planejamento analisar a experiência vigente da mesma contratação, a fim de construir repertórios e levantar subsídios para o planejamento da nova contratação, o que vai ao encontro daquilo que dispõe art. 10, III, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

3.8. No âmbito da Superintendência Regional do Incra em Sergipe, registra-se que os serviços de gerenciamento e controle de abastecimento da frota oficial foram anteriormente contratados junto à empresa Trivale Administração Ltda., responsável pela operacionalização do sistema informatizado de gestão de abastecimento, mediante rede de postos credenciados.

3.9. A referida contratação contemplou o atendimento às demandas de abastecimento dos veículos oficiais da Superintendência Regional, com abrangência estadual e possibilidade de utilização em todo o território nacional, considerando a eventual necessidade de deslocamento institucional para outras unidades da federação.

3.10. A gestão e a fiscalização da execução contratual foram realizadas pela própria Superintendência Regional do Incra em Sergipe, a quem competiu o acompanhamento da prestação dos serviços, o controle da utilização dos cartões de abastecimento e a adoção dos procedimentos administrativos necessários à adequada execução do contrato.

3.11. A partir das informações obtidas no âmbito da Superintendência Regional do Incra em Sergipe acerca das experiências na execução contratual anterior, foram identificados aspectos relacionados à disponibilidade e à capilaridade da rede de postos credenciados no sistema da empresa contratada, especialmente quanto à necessidade de garantir atendimento adequado às demandas de abastecimento da frota institucional.

3.12. Nesse contexto, foram analisadas possíveis alternativas para a estruturação da contratação, incluindo a eventual segmentação do objeto por regiões ou por tipos de combustíveis. Contudo, após análise das características do mercado e das soluções disponíveis para gerenciamento e controle de abastecimento de frotas, verificou-se que a divisão do objeto poderia reduzir a competitividade do certame e dificultar a gestão contratual.

3.13. Dessa forma, considerando a natureza do serviço e a necessidade de assegurar maior eficiência na gestão do abastecimento da frota, optou-se pela contratação do serviço de controle e gerenciamento de abastecimento em único item, contemplando o fornecimento de gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum/S-500 e aditivado, diesel S-10, etanol e ARLA 32, mediante sistema informatizado e rede de postos de combustíveis credenciados, com abrangência no Estado de Sergipe, área de atuação do Incra/SE, e possuir capilaridade nacional compatível com a necessidade institucional, de modo a garantir o atendimento das demandas operacionais da Superintendência Regional do Incra em Sergipe, conforme detalhamento apresentado na tabela a seguir.

Tabela 2: Relação de serviços a serem contratados

CATSER	Descrição dos Serviços
25372	SERVIÇOS DE GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS - Fornecimento de Combustível como: gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum/S-500 e aditivado, diesel S-10, etanol e ARLA 32.

3.14. Consequentemente, constatou-se que a contratação do serviço de gerenciamento e controle de abastecimento da frota por meio de sistema informatizado e rede credenciada de postos de combustíveis apresenta maior vantajosidade administrativa, especialmente em razão do ganho de escala, da padronização dos procedimentos operacionais e da simplificação da gestão contratual.

3.15. Embora tenham sido identificados, durante a execução contratual anterior, alguns aspectos operacionais passíveis de aperfeiçoamento, tais pontos deverão ser considerados na definição dos requisitos da nova contratação, de modo a aprimorar a prestação dos serviços e garantir maior eficiência no atendimento das demandas institucionais.

3.16. Desse modo, tais aspectos serão incorporados como parâmetros de desempenho e qualidade na execução contratual, inclusive por meio da definição de critérios objetivos de avaliação no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a ser anexado ao Termo de Referência da futura contratação, visando assegurar maior controle, transparência e eficiência na gestão do contrato.

3.17. Ademais, para a definição dos requisitos da nova contratação, foram consideradas experiências decorrentes de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as boas práticas adotadas na gestão de serviços de gerenciamento e controle de abastecimento de frotas, a qual deverá atender aos seguintes requisitos:

3.17.1. A contratação deverá ser de natureza continuada, visto que a utilização de veículos oficiais constitui demanda permanente da Administração. Dessa forma, ao término da vigência contratual, deverá a Administração promover nova contratação, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços. Essa característica encontra fundamento no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas";

3.17.2. Atendimento às regulamentações internas relativas à utilização e gestão de veículos oficiais, próprios ou eventualmente locados, no âmbito da Superintendência Regional do Incra em Sergipe, observadas as normas administrativas aplicáveis.

3.17.3. Busca pela forma mais vantajosa de contratação, alinhando as necessidades institucionais do Incra/SE às exigências dos órgãos de controle interno e externo, bem como às demandas operacionais dos usuários dos serviços.

3.17.4. Adoção de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), com definição de indicadores objetivos de desempenho para acompanhamento da execução contratual.

3.17.5. Escolha de solução que considere as limitações relacionadas ao fator humano e à capacidade administrativa instalada no Incra/SE, buscando soluções tecnológicas que simplifiquem os procedimentos de gestão e fiscalização contratual.

3.17.6. Observância ao princípio da padronização do objeto, de modo a facilitar a gestão do contrato e a racionalização dos procedimentos administrativos.

3.17.7. Observância aos requisitos e práticas de sustentabilidade, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e demais normas aplicáveis à Administração Pública federal.

3.17.8. Atendimento às disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), no que couber.

3.17.9. Disponibilização de ampla rede credenciada de postos de combustíveis, e possuir capilaridade nacional compatível com a necessidade institucional do Incra/SE, apta a atender às necessidades de abastecimento da frota institucional.

3.17.10. Disponibilização de sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento, com controle do cadastro dos veículos autorizados, acompanhamento da quilometragem, frequência de abastecimento e demais parâmetros operacionais.

3.17.11. Disponibilização, em tempo real (online), por meio de sistema informatizado, de todos os dados financeiros e operacionais relativos aos abastecimentos realizados, possibilitando a geração de relatórios gerenciais e o acompanhamento da execução contratual.

3.18. Definição e Justificativas da natureza continuada do serviço:

3.18.1 O gerenciamento e controle de abastecimento da frota de veículos é realizado por meio dos serviços de abastecimento, os quais são considerados de natureza continuada pela sua essencialidade uma vez que visam atender à necessidade desta Administração de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas e de suporte do Incra/SE, de modo que sua interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional dessa autarquia.

3.18.2. Ressalta-se que as atividades finalísticas do Incra/SE são permanentes e contínuas, abrangendo diversas ações que demandam o deslocamento das equipes técnicas, tais como: vistorias e fiscalizações em Projetos de Assentamento, atividades de supervisão ocupacional, acompanhamento de ações de infraestrutura, apoio a programas governamentais e atendimento direto às famílias assentadas. Tais demandas exigem que os veículos estejam sempre disponíveis, inclusive em finais de semana, considerando a natureza essencial e ininterrupta dos serviços prestados.

3.19. Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

3.19.1. A Contratada deverá atender aos critérios de sustentabilidade estabelecidos pelo art. 45 da Lei 14.133/2021, pela Lei nº 12.305/10, pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e pela IN MPOG/SLTI Nº 01/2010 nos assuntos pertinentes a presente contratação.

3.19.2. A sustentabilidade social se baseia na adoção, pela Contratada, das melhores condições de trabalho e a sustentabilidade ambiental se define pelo valor da ecoeficiência dos processos produtivos, ou seja, produzir mais com a utilização racional de menos recursos, buscando a não contaminação de qualquer tipo de ambiente natura.

3.19.3. Nos assuntos pertinentes à presente contratação, para a plena adequação do estabelecimento à legislação vigente, a Contratada deverá, preferencialmente, credenciar postos de combustíveis, oficinas, centros automotivos e demais estabelecimentos correlatos que:

3.19.3.1. Adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;

3.19.3.2. Observem as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

3.19.3.3. Adotem a prática correta de descarte do óleo contaminado, dos combustíveis e das embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo utilizados em seu negócio, e demais assuntos relacionados ao objeto da contratação, conforme Resolução nº 362, de 23/06/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;

3.19.3.4. Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade;

3.19.3.5. Tenham contenções preparadas para o caso de vazamento de óleo ou qualquer outro líquido perigoso, inflamável e/ou poluente, bem como utilizem-se de outras alternativas visando à busca por práticas sustentáveis;

3.19.3.6. Utilizem materiais e peças que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

3.20. Duração inicial do contrato de prestação de serviços:

3.20.1. A contratação em tela terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 10 anos, desde que haja previsão no edital e/ou contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração além da eficiência operacional alcançada pela extinção da necessidade de realização de diversos procedimentos licitatórios para esta contratação, de cunho mais complexo em função da sua abrangência e da natureza do serviço. Contudo, ressalta-se a necessidade, a cada prorrogação contratual, de autorização formal da autoridade competente e que seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.20.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.20.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.20.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.20.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

3.20.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

3.20.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação;

3.20.1.7. A CONTRATADA não terá direito subjetivo à prorrogação contratual

3.20.2. O prazo de vigência plurianual da presente contratação emerge como vantajoso em muitos aspectos, os quais passam pela natureza própria dos serviços, os quais são de necessidade permanente para a Administração. Ademais, diminuem os custos transacionais com a elaboração de extensos processos licitatórios, havendo riscos, inclusive de solução de continuidade dos serviços, sem contar também com o ganho negocial com a licitante vencedora em ter seus prazos mais alongados e com isso poder amortizar seus custos e despesas operacionais em prazo mais dilatado, o que possivelmente contribuiria para a diminuição, ao fim, dos valores contratados.

3.21. Avaliação da necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

3.21.1. Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

3.22. A empresa deverá dispor de qualificação técnica e pessoal técnico especializado, devidamente capacitado e treinado, de equipamentos para testes e calibrações que se façam necessários, e, ainda, assegurar a disponibilidade de partes e peças necessárias. Os documentos que devem ser apresentados para este fim são:

3.22.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, abrangência e cobertura, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, no que diz respeito ao item/grupo pertinente ao qual se concorre, por período não inferior a um ano, tendo em vista que o primeiro ano costuma ser experimental e de ajustes na execução do serviço, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

3.22.2. Atestado de Capacidade Técnica, de execução de serviço igual ou similar ao objeto contratado em nome da empresa, mediante apresentação de 1 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

3.22.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

3.22.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução tendo em vista o período de implantação e adequações possivelmente necessárias, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

3.22.5. Para a comprovação da experiência mínima de 1 (ano) ano, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade dos dois anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5 /2017;

3.22.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

3.23. Vale dizer que, ao longo do estudo, esses requisitos podem ser modificados, em razão da busca pela solução mais vantajosa para a Administração e que a proposição dos requisitos apontados consideraram aquilo que é suficiente e necessário para suprir a necessidade de transporte de campo identificada no Incra/SE.

3.24. O detalhamento e a consolidação final virá em tópico próprio deste ETP quando da descrição da solução como um todo para o novo contrato de prestação de serviços, podendo ser complementado pelo Termo de Referência e seus Anexos.

3.25. Da participação de consórcios

3.25.1. Não será admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso desta contratação. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

3.26. Da participação de cooperativas

3.26.1. A participação de cooperativas de trabalho não se aplica à contratação de gerenciamento da frota oficial do Incra, abrangendo abastecimento dos veículos. Tal vedação decorre da própria natureza do objeto, uma vez que o gerenciamento de frota não constitui atividade passível de execução autônoma pelos cooperados, sem vínculo de subordinação. Ademais, o serviço exige organização administrativa, controle sistêmico (cartões, sistema informatizado e rede de postos/oficinas credenciadas) e acompanhamento contínuo, elementos que pressupõem estrutura empresarial formalmente estabelecida.

3.27. Da exigência de garantia de execução contratual

3.27.1. Será exigida a prestação de garantia de execução contratual nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, correspondendo a 5% do valor total do contrato, considerando a natureza do objeto, pois é medida visa resguardar a Administração quanto a eventuais descumprimentos contratuais e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, os quais são essenciais para o desenvolvimento das atividades finalísticas do Instituto.

3.28. Da subcontratação

3.28.1. A subcontratação não se aplica à contratação de gerenciamento da frota oficial do Incra/SE, que envolve abastecimento dos veículos, pois o objeto exige gestão, responsabilidade direta da contratada e controle por sistema informatizado. A utilização de postos credenciados integra a própria rede operacional da contratada, não configurando subcontratação.

3.29. Da vistoria

3.29.1. A solicitação de vistoria será facultada aplica à contratação de gerenciamento da frota oficial do Incra/SE, abrangendo abastecimento dos veículos. A medida visa garantir a condição adequada dos veículos, permitir o acompanhamento da execução dos serviços, assegurar o cumprimento de prazos e padrões de qualidade e fornecer base para responsabilização da contratada, promovendo a eficiência e a segurança operacional na gestão da frota.

3.30. Da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

3.24.1. A presente contratação não será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando que o objeto refere-se à prestação de serviço continuado de gerenciamento e controle de abastecimento da frota oficial da Superintendência Regional do Incra em Sergipe, cuja demanda é previamente conhecida e possui estimativa de consumo baseada no histórico de utilização dos veículos institucionais.

3.24.2. Ademais, trata-se de contratação destinada a atender exclusivamente às necessidades da Superintendência Regional do Incra em Sergipe, não havendo previsão de atendimento a outros órgãos ou entidades da Administração Pública que justificasse a adoção do sistema de registro de preços.

3.24.3. Dessa forma, considerando a previsibilidade da demanda, a natureza continuada do serviço e a necessidade de gestão contratual direta pela unidade demandante, conclui-se que a realização de procedimento licitatório convencional, com a celebração de contrato administrativo, mostra-se a alternativa mais adequada para atendimento ao interesse público, observados os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SR(23)A	Vinícius de Souza Nascimento

5. Descrição da solução como um todo

5.1. A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão e controle de abastecimento da frota de veículos do Incra/SE, mediante sistema informatizado e integrado, de acesso via web, com operação on-line e em tempo real, em rede de estabelecimentos credenciados no Estado de Sergipe e possuir capilaridade nacional compatível com a necessidade institucional de forma contínua.

5.2. A solução abrange a prestação de serviços em que a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, sistema informatizado acessível via internet (web), compreendendo:

5.2.1. Para o serviço de gestão e controle de abastecimento: disponibilização de tecnologia baseada na utilização de cartão magnético, cartão eletrônico com chip (smart card) ou outro meio de identificação eletrônica, operado em rede de estabelecimentos credenciados para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum/S-500 e aditivado, diesel S-10, etanol e ARLA 32).

5.2.2. O sistema deverá garantir o controle individualizado por veículo, a rastreabilidade das operações, a segurança das transações e a emissão de relatórios gerenciais, sendo disponibilizada rede de postos de combustíveis sob diversas bandeiras, de modo a assegurar capilaridade, agilidade no abastecimento e atendimento às necessidades da Administração, em conformidade com as condições estabelecidas neste Estudo e no respectivo Termo de Referência.

5.2.3. A contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da legislação vigente.

5.3. A gestão do abastecimento da frota de veículos, a ser realizada pela Contratante e pela Contratada, deverá ocorrer por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreendendo o registro, a autorização e o acompanhamento das operações de abastecimento, bem como o fornecimento de combustíveis, conforme especificado neste Estudo e no respectivo Termo de Referência.

5.3.1. O sistema deverá possibilitar o controle individualizado por veículo, a rastreabilidade das transações, a emissão de relatórios gerenciais e o monitoramento do consumo, nos diversos estabelecimentos credenciados pela Contratada, de forma a assegurar eficiência, transparência e adequada gestão dos recursos públicos.

5.4. Todo o investimento necessário à implantação e à operacionalização do sistema, incluindo a instalação de equipamentos de leitura, disponibilização de softwares para registro e transmissão de dados, credenciamento da rede de estabelecimentos fornecedores, manutenção do sistema, treinamento de pessoal e fornecimento de manuais de operação, bem como quaisquer outros recursos indispensáveis ao seu pleno funcionamento, será de responsabilidade da Contratada.

5.4.1. Os custos correspondentes deverão estar incluídos na taxa de administração apresentada na proposta vencedora, não sendo admitida a cobrança de quaisquer valores adicionais à Contratante. Ademais, não será aceita qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela Contratante.

5.5. Caso a Contratada opte pela utilização de equipamentos periféricos e cartões eletrônicos, por ocasião da implantação do sistema previsto neste Estudo e no respectivo Termo de Referência, deverá fornecê-los em quantidades suficientes ao pleno funcionamento da solução, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

5.6. Ademais, para atendimento da frota oficial do Incra/SE, a Contratada deverá assegurar a disponibilização de rede credenciada de estabelecimentos aptos ao fornecimento de combustíveis, observando-se critérios mínimos de capilaridade e cobertura geográfica.

5.7. Considerando as características do mercado de combustíveis, no qual há variação de preços conforme a localidade e limitada possibilidade de economia de escala, a adoção de rede ampla e diversificada de postos credenciados mostra-se mais vantajosa para a Administração, ao permitir maior competitividade, flexibilidade operacional e eficiência no abastecimento da frota.

5.8. Nesse sentido, a rede credenciada deverá observar, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- Postos de combustíveis:

- **Capitais das Unidades Federativas e regiões metropolitanas:** quantidade de estabelecimentos suficiente para garantir ampla cobertura e alternativas de abastecimento, assegurando competitividade de preços e atendimento contínuo;
- **Municípios e regiões de atuação institucional do Incra/SE:** no mínimo 3 (três) postos credenciados ou quantidade suficiente para garantir o atendimento regular da demanda local;
- **Demais localidades do território nacional:** cobertura compatível com a área de atuação da frota, garantindo o abastecimento em deslocamentos intermunicipais e interestaduais.

5.9. A rede credenciada deverá, ainda, assegurar disponibilidade de atendimento durante o horário comercial e, sempre que possível, em regime ampliado, de forma a atender às necessidades operacionais da Administração.

5.10. A relação dos veículos atendidos pela presente contratação encontra-se detalhada no item 2.6 deste Estudo Técnico Preliminar.

5.11. O serviço objeto desta contratação é classificado como continuado, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a execução das atividades institucionais da Administração. Trata-se de demanda cuja necessidade se estende por mais de um exercício financeiro, sendo a vigência plurianual potencialmente mais vantajosa, especialmente para assegurar a regularidade do abastecimento e a continuidade das atividades essenciais do Incra/SE, em conformidade com este Estudo, com o respectivo Termo de Referência e com os normativos federais aplicáveis.

5.12. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

5.13. Local de prestação de serviço:

Tabela 3: Local de prestação dos serviços

Superintendência Regional do Incra em Sergipe, localizada na Avenida Coelho e Campos nº 1.300, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE
--

5.10.1. O local de prestação do serviço poderá ser alterado conforme necessidade da Administração.

5.14. Do item a ser contratado:

Tabela 4: Item a ser contratado

Item	Descrição dos Serviços
1	SERVIÇOS DE GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS (Catser 25372) - Fornecimento de Combustível como: gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum/S-500 e aditivado, diesel S-10, etanol e ARLA 32

6. Levantamento de Mercado

6.1. O levantamento de mercado consistiu na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções oferecidas pelos fornecedores.

6.2. Para tanto, foram consideradas as práticas e contratações realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como as soluções comerciais disponíveis no mercado, com o objetivo de identificar alternativas aptas ao atendimento das necessidades administrativas.

6.3. Além da necessidade administrativa e do interesse público, buscou-se compatibilizar os ganhos de produtividade e a economicidade das soluções identificadas com a capacidade operacional da força de trabalho do Incra/SE, responsável pelas atividades de execução, gestão e fiscalização contratual. Trata-se de fator relevante, em razão de seu caráter limitador, uma vez que até mesmo as melhores soluções podem se tornar ineficazes se não estiverem ajustadas ao cenário fático e às condições operacionais desta Autarquia.

6.4. Também foram considerados aspectos metodológicos nesta etapa da fase preparatória, tais como a consulta aos sistemas ETP Digital, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Pannel de Compras e ao módulo Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, com vistas à identificação de estudos técnicos preliminares elaborados por outras unidades da Administração Pública. Essa análise buscou identificar soluções aplicadas a necessidades e contextos semelhantes, passíveis de adequação à demanda desta Autarquia, em conformidade com a Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, além de contribuir para o aprimoramento do planejamento preliminar e para o aproveitamento das soluções disponibilizadas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

6.5. Nesse contexto, foram identificadas, para o atendimento da necessidade de gerenciamento de frota veicular, ao menos duas categorias gerais de soluções:

6.5.1. Soluções voltadas à prestação de serviços de abastecimento de veículos, por meio de sistemas informatizados ou outros mecanismos de controle;

6.5.2. Soluções voltadas à gestão de frota mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado, contemplando módulo de gerenciamento e controle da aquisição de combustíveis, filtros, aditivos e óleos lubrificantes para a frota de veículos.

6.6. Após a identificação das alternativas, foi realizada pesquisa prévia no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, utilizando-se, entre outros, o código 25372 (Controle de Abastecimento de Veículos), a partir do qual foram obtidos os dados analisados.

6.7. Em síntese, o mercado apresenta diversas soluções aptas a assegurar a disponibilidade do serviço quando demandado pela Administração Pública, na condição de usuária, por intermédio de seus agentes.

6.8. Diante disso, apresentam-se, a seguir, de forma exemplificativa e não exaustiva, alguns modelos de contratações realizadas por entidades públicas com necessidades semelhantes:

Tabela 5: Consolidação do levantamento de mercado realizado por meio da pesquisa de contratações semelhantes em outros Órgãos da Administração Pública.

Item	UASG - Órgão	Edital / Objeto	Contratada	Valor anual da Contratação
1	155910 -HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO D.	PE nº 90042/2025 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis e Arla 32, por um período de 12 (doze) meses, destinados ao atendimento da frota de veículos do Hospital Universitário de Lagarto (Hospital Universitário Mons. João Batista de Carvalho Daltro) HUL /UFS/EBSERH , por meio de rede credenciada, com a utilização de cartão magnético e sistema informatizado.	PRIME CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - CNPJ nº 05.340.639/0001-30	R\$ 108.190,00
2	UASG 158134 - INST.FED. DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE	PE nº 90013/2025 - Contratação de empresa especializada no gerenciamento informatizado de combustíveis com utilização de cartão eletrônico ou magnético, envolvendo a implantação do sistema e o fornecimento (gasolina, etanol e diesel), visando atender aos veículos pertencentes à frota do Instituto Federal de Sergipe (Campi e Reitoria).	PRIME CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - CNPJ nº 05.340.639/0001-30	R\$8.936.851,7665
3	070028 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA	PE nº 90004/2026 -contratação do serviço de fornecimento de combustível, com controle e gestão de abastecimento com utilização de cartões magnéticos, com a finalidade de atender demandas da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e Cartórios Eleitorais, conforme especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação.	NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA. - CNPJ n.º 25.165.749/0001-10,	R\$1.987.013,12
	926748 - SECRETARIA	PE nº 90011/2025 - serviço de gerenciamento eletrônico e controle de abastecimento de combustíveis (Etanol Comum Hidratado, Gasolina Comum, Diesel S-10), através de sistema informatizado e integrado, com menor taxa de administração, em	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO	

4	MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - GO	postos credenciados com a empresa gerenciadora, por meio da utilização de cartões, com metodologia de cadastramento, controle e logística para o atendimento da frota Municipal de veículos oficiais	LTDA - CNPJ nº 00.604.122/0001-97	R\$ 32.203.673,48
---	------------------------------------	--	--------------------------------------	-------------------

6.9. Dessa forma, na pesquisa de mercado, foram encontradas diversas empresas que atendem às soluções identificadas, como PRIME CONSULTORIA EMPRESARIAL E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA., TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA., TICKET SOLUÇÕES HDFGT S.A., NP3 COMERCIO E SERVICOS LTDA, LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI, 7SERV GESTAO DE BENEFICIOS LTDA, S.H. INFORMATICA HALF BENEFICIOS, GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA., TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA, BAMEX CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA., e outras.

6.10. Diante do exposto, considerando as soluções identificadas, com seus aspectos positivos e negativos, bem como a capacidade operacional instalada no Incra, conclui-se que a alternativa que melhor atende aos interesses e às necessidades da Administração é:

Solução 1: CATSER 25372 - Contratação de serviço de controle de abastecimento de veículos;

6.11. Para a implementação da solução escolhida, faz-se necessária a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de controle de abastecimento da frota do Incra/SE, mediante a implantação e/ou operação de sistema informatizado, com utilização de rede de postos de combustíveis credenciados, abrangendo o fornecimento de combustíveis, pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por períodos sucessivos, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da legislação vigente, tendo em vista que:

I. O Incra/SE possui atualmente uma frota de aproximadamente 14 (quatorze) veículos em condições de uso, entre automóveis leves e caminhonetes;

II. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra tem, entre suas atribuições institucionais, executar, supervisionar e fiscalizar ações de reforma agrária e ordenamento fundiário em todo o território estadual, visando ao aprimoramento da eficácia e da efetividade de suas atividades finalísticas e de apoio administrativo;

III. As atividades institucionais são desenvolvidas em todas as regiões do Estado, abrangendo áreas rurais e, frequentemente, localidades de difícil acesso, com limitações logísticas e reduzida oferta de prestadores de serviços;

IV. Tais atividades demandam logística específica, planejamento adequado e disponibilidade contínua de recursos humanos, materiais e operacionais;

V. A contratação de serviços de abastecimento de forma contínua e padronizada visa assegurar condições adequadas de deslocamento, garantindo o pleno desempenho das atividades institucionais e o atendimento ao interesse público;

VI. A adoção de sistema informatizado de controle de abastecimento proporciona: aprimoramento dos mecanismos de controle e da confiabilidade das informações; gerenciamento integrado dos serviços por empresa especializada; ganhos de eficiência e racionalização de recursos; padronização de procedimentos; atendimento tempestivo das demandas, especialmente em atividades de campo; maior disponibilidade e segurança da frota; redução da utilização de suprimento de fundos; ampliação da cobertura de atendimento, inclusive em municípios do interior; maior segurança e rastreabilidade das operações, por meio de identificação eletrônica de usuários; melhoria do controle e da transparência dos pagamentos; facilitação da fiscalização contratual; redução de custos administrativos; diminuição do número de processos licitatórios e contratações de pequeno valor; possibilidade de prorrogação contratual, por se tratar de serviço continuado; otimização das atividades dos servidores envolvidos; e, por fim, incremento da eficiência administrativa e da preservação do patrimônio público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Considerando-se o CATSER 25372, referente ao serviço de "GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS", as quantidades a serem contratadas foram estimadas a partir dos dados históricos de consumo em litros, obtidos por meio de levando junto as Superintendências Regionais, conforme documento SEI nºs 26300026, 26300060, 26300101, 26300123, e 26300132. Tais dados permitiram a análise da evolução do consumo de combustíveis por cada unidade descentralizada do Incra.

7.2. O consumo total em litros por tipo de combustível, foi clusterizado por estado de Sergipe uma vez que a variação do preço do combustível é significativa e relevante entre os estados em função do efeito tributário e de logística e distribuição, assim como, em função da concorrência existente entre os postos de combustíveis.

Tabela 6: Análise história de consumo realizado em litros (l) com abastecimento veicular

INCRA/SE	ÁLCOOL	GASOLINA	DIESEL	DIESEL S10
2023	-	312,44	-	21.170,23
2024	-	821,74	-	20.573,44
2025	-	872,37	-	21.095,61

7.3. Na estimativa do consumo de combustíveis foi calculado o valor médio a partir dos dados de consumo, em litros, de 2023, 2024 e 2025.

Tabela 7: Estimativa do consumo médio de abastecimento por combustíveis

Unidade	Tipo de Combustível	Consumo 2023 (L)	Consumo 2024 (L)	Consumo 2025 (L)	Consumo Médio (L)
INCRA - SR(23)/SE	Álcool	-	-	-	-
	Gasolina	312,44	821,74	872,37	669
	Diesel	-	-	-	-
	Diesel S10	21.170,23	20.573,44	21.095,61	20.946

7.6.2. Ao todo foram estimado que 14 (quatorze) veículos fazem parte da frota de veículos do Incra/SE, conforme descrito no subitem 2.6. deste estudo.

7.6.2.1. A frota de veículos poderá ser alterada conforme necessidade da Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 212.711,67

8.1. Nos termos dos art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021:

"(...)

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

(...)

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

(...).".

8.2. Considerando o disposto nos parâmetros definidos pela Instrução Normativa nº 65/2021 e ao aplicá-los ao caso concreto, verificou-se que a definição de preços para o serviço de controle de abastecimento de veículos, com base nos parâmetros estabelecidos pela referida norma, pode apresentar limitações e potenciais distorções, tendo em vista que:

- Ao utilizar contratos e cotações constantes do Pannel de Preços/PNCP, referentes a contratações realizadas por outros órgãos, podem ocorrer distorções em razão das diferenças entre as frotas da Administração Pública, especialmente quanto ao quantitativo de veículos, perfis de uso, distribuição geográfica, rotas percorridas e dinâmica operacional de cada órgão;
- No caso específico do abastecimento de veículos, os preços dos combustíveis apresentam variação significativa conforme a localidade, o período e as condições de mercado, o que dificulta a obtenção de parâmetros uniformes e comparáveis a partir de dados consolidados em nível nacional;
- Ao empregar dados de pesquisas publicadas em mídias especializadas ou bases referenciais, verifica-se limitação quanto à aderência desses valores à realidade local, uma vez que tais informações, em geral, não refletem as condições específicas de fornecimento em rede credenciada, nem eventuais taxas administrativas praticadas pelas empresas gerenciadoras;
- Por fim, na realização de pesquisa direta com fornecedores, observa-se que as cotações podem apresentar baixa padronização, especialmente no que se refere às taxas de administração, aos modelos de remuneração e à abrangência da rede credenciada, o que dificulta a comparabilidade objetiva das propostas e pode comprometer a precisão da estimativa de preços.

8.3. Considerando os fatos acima elencados e a inviabilidade verificada na comparação de preços contratados por outras instituições da Administração Pública em função dos possíveis impactos decorrentes da aplicação dessa metodologia definida pela IN nº 65/2021, essa equipe de planejamento optou por utilizar o histórico de gastos atualizado como forma de estimativa do valor da contratação, conforme § 1º, art. 6º da IN nº 65/2021 nos termos a seguir:

- Serviço de controle de abastecimento: média histórica do consumo de combustíveis, em litros (L), por estado, valorizado pelo preço atual de cada tipo de combustível no estado de Sergipe, conforme detalhado no item 8.4. a seguir;

8.4. Dessa forma, a partir dos dados históricos de consumo de combustíveis do Incra/SE, apresentados na Tabela 6 e na Tabela 7 da seção 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas', e dos preços médios de revenda no Estado de Sergipe disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no portal <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>, consultado em 20/03/2026 SEI nº e registrado nesse estudo no Anexo II, foi possível estimar o valor da contratação no pesquisadas que diz respeito ao CATSER 25372 - SERVIÇOS DE GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, conforme apresentado na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8: Estimativa do valor da contratação do serviço de abastecimento veicular

Unidade	Tipo de Combustível	Preço por Litro (R\$/l) - ANP	Consumo Médio (L) Anual	Valor Global Estimado para 12 meses (R\$)
Incra/SE - SR(23)SE	Álcool	-	-	-
	Gasolina	6,89	669	4.609,41
	Diesel	-	-	-
	Diesel S10	6,55	20.946	137.196,30
TOTAL GERAL - Serviço de Gestão e Controle de Abastecimento de Veículos (Catser: 25372)				141.805,71

8.5. Além disso, considerando o risco de aumento do gasto com abastecimento veicular em função de acréscimo da frota de veículos, o que pode implicar em aumento considerável no valor gasto com abastecimento, definiu-se pela aplicação de uma margem incremental de segurança de 50% sobre o valor total estimado, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 9: Estimativa do valor da contratação do serviço de abastecimento veicular mais incremento sem desconto e sem taxa de Administração

Item	Descrição / Especificação combustível	Consumo Médio Anual (L)	Incremento de 50%	Quantidade Estimada Anual + Incremento	Consumo Médio Anual (L)	ANP - Preço Unitário Médio Sergipe (L)	Custo Estimado Anual (R\$)
1	Gasolina	669	334	1.003	1.003	6,89	6.910,67
2	Óleo Diesel	20.946	10.473	31.420	31.420	6,55	205.801,00
Serviços de Gestão e Controle de Abastecimento de Veículos (Catser: 25372): Quantidades e custos estimados de aquisição de combustíveis sem desconto e sem taxa de administração							212.711,67

8.6. A taxa de administração/gerenciamento não integra a estimativa de custos desta contratação, uma vez que no mercado é usualmente simbólica (ex.: R\$ 1,00) e sua remuneração decorre de acordos privados entre a empresa gestora e sua rede credenciada.

8.6.1. Por fim, os valores estimados compreendem as taxas de administração e todos os possíveis custos e despesas envolvidos na disponibilização dos serviços a serem contratado e são apresentados de forma consolidada, na Tabela 9 a seguir:

Tabela 10: Estimativa do valor da contratação do serviço de abastecimento veicular sem desconto.

em	Descrição do Serviço	Unidade de Medida	Qtde	Valor Estimado Mensal (R\$)	Valor Global Estimado (12 meses) (R\$)
1	SERVIÇOS DE GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS (Catser 25372)	Serviço	12	R\$17.725,97	R\$212.711,67
TOTAL GERAL					R\$212.711,67

7. Para fins de planejamento e estimativa, foram considerados apenas os custos de consumo, compreendendo combustível, já ajustados pelos percentuais médios de desconto praticados no mercado, em observância ao princípio da economicidade previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. Para a definição do desconto médio, a equipe de planejamento realizou pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme Anexo III desse ETP. A pesquisa foi conduzida de forma consolidada, cujos resultados estão apresentados na Tabela 10 a seguir:

Tabela 10: Estimativa do valor da contratação dos serviços de abastecimento veicular com aplicação de desconto médio, conforme Nota Técnica nº 1291 /2026 (SEI nº 27671543), Anexo IV desse ETP.

Item	Especificação/Descrição	Catser	Unidade de Medida	Quant.	Valor Estimado Mensal (R\$)	Valor Estimado (12 meses) sem Desconto (R\$)	% de Desconto Mínimo	Valor Estimado (12 meses) com Desconto (R\$)
1	SERVIÇOS DE GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS	25372	Serviço	12	R\$17.725,97	R\$212.711,67	4,90%	202.288,80
VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO COM DESCONTO								202.288,80
VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO SEM DESCONTO								212.711,67

8.10. A Taxa de Administração não será objeto de lance. Embora tenha sido identificado, em alguns editais, um percentual médio para essa taxa, verifica-se que, em regra, ela é irrisória ou inexistente. Dessa forma, a eventual obtenção de taxa negativa não representa vantagem efetiva para a Administração, uma vez que tal mecanismo corresponde, na prática, à concessão de descontos sobre os valores a serem pagos, equivalendo à aplicação de um desconto maior diretamente sobre o item.

8.11. Cumpre destacar, ainda, que o sistema Comprasnet, plataforma oficial utilizada para as compras e contratações do Governo Federal, não permite, de forma direta, a operacionalização de ofertas com taxas negativas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do §2º, incisos II e III, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e ao melhor aproveitamento das condições do mercado.

9.2. No caso em análise, verifica-se que não é recomendável o parcelamento da solução, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços de controle de abastecimento da frota de veículos por meio de sistema informatizado integrado, cuja execução demanda gestão unificada, padronização de procedimentos e integração operacional.

9.3. A eventual divisão do objeto poderia comprometer a eficiência da execução contratual, dificultar o controle e a fiscalização dos serviços, gerar incompatibilidades entre sistemas e aumentar os custos administrativos, sem ganhos efetivos de competitividade.

9.4. Dessa forma, a contratação será realizada em item único, contemplando o serviço de controle de abastecimento da frota de veículos, por se tratar de solução indivisível sob o ponto de vista técnico e operacional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para fins deste Estudo Técnico Preliminar, consideram-se contratações correlatas aquelas que guardam relação com o objeto principal, podendo contribuir para sua melhor execução, embora não sejam indispensáveis à sua efetiva prestação. Por sua vez, as contratações interdependentes são aquelas cuja realização conjunta com o objeto principal é necessária para viabilizar plenamente o atendimento da necessidade administrativa.

10.2. À luz das análises realizadas neste Estudo, e considerando a necessidade de assegurar a disponibilidade de meios de transporte para o desempenho das atividades institucionais, esta equipe de planejamento entende como pertinente a previsão de contratação interdependente relacionada à locação de veículos, a qual pode complementar a prestação dos serviços de abastecimento da frota do Incra/SE, contribuindo para a ampliação e renovação indireta da frota disponível, bem como para o atendimento de demandas não supridas pela frota própria.

10.3. Ademais, destaca-se a relevância de contratação correlata de seguro veicular, em razão de sua função de proteção patrimonial e mitigação de riscos decorrentes de eventos como sinistros, furtos e acidentes. A contratação desse serviço possibilita a transferência de riscos à seguradora, que se responsabiliza pela reparação ou indenização dos danos causados, resguardando tanto os veículos quanto os seus ocupantes. Nesse sentido, recomenda-se a elaboração de estudo técnico preliminar específico para avaliar a viabilidade e as condições para eventual contratação de seguro veicular para a frota do Incra/SE.

10.4. Por fim, ressalta-se que, no âmbito do Incra/SE, também são realizadas contratações correlatas, tais como serviços de condução de veículos (motoristas), regularização documental da frota e outras medidas administrativas necessárias à manutenção da regularidade e operacionalidade dos veículos institucionais.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para fins deste Estudo Técnico Preliminar, consideram-se contratações correlatas aquelas que guardam relação com o objeto principal, podendo contribuir para sua melhor execução, embora não sejam indispensáveis à sua efetiva prestação. Por sua vez, as contratações interdependentes são aquelas cuja realização conjunta com o objeto principal é necessária para viabilizar plenamente o atendimento da necessidade administrativa.

10.2. À luz das análises realizadas neste Estudo, e considerando a necessidade de assegurar a disponibilidade de meios de transporte para o desempenho das atividades institucionais, esta equipe de planejamento entende como pertinente a previsão de contratação interdependente relacionada à locação de veículos, a qual pode complementar a prestação dos serviços de abastecimento da frota do Incra/SE, contribuindo para a ampliação e renovação indireta da frota disponível, bem como para o atendimento de demandas não supridas pela frota própria.

10.3. Ademais, destaca-se a relevância de contratação correlata de seguro veicular, em razão de sua função de proteção patrimonial e mitigação de riscos decorrentes de eventos como sinistros, furtos e acidentes. A contratação desse serviço possibilita a transferência de riscos à seguradora, que se responsabiliza pela reparação ou indenização dos danos causados, resguardando tanto os veículos quanto os seus ocupantes. Nesse sentido, recomenda-se a elaboração de estudo técnico preliminar específico para avaliar a viabilidade e as condições para eventual contratação de seguro veicular para a frota do Incra/SE.

10.4. Por fim, ressalta-se que, no âmbito do Incra/SE, também são realizadas contratações correlatas, tais como serviços de condução de veículos (motoristas), regularização documental da frota e outras medidas administrativas necessárias à manutenção da regularidade e operacionalidade dos veículos institucionais.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Pla

12.1. Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória da contratação deve estar compatibilizada com o Plano de Contratações Anual (PCA) da instituição, de modo a assegurar o adequado planejamento das aquisições e contratações públicas.

12.2. Nesse contexto, verifica-se que a presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual 2026 do Incra/SE, no âmbito da UASG 373052, sob os itens nº 16 a 19, evidenciando seu alinhamento ao planejamento institucional e às diretrizes estratégicas desta Autarquia, conforme detalhado no Anexo I – PCA 2026 – INCRA/SE deste Estudo Técnico Preliminar

12.3. Destaca-se, ainda, que a contratação dos serviços de controle de abastecimento da frota contribui diretamente para a continuidade e a eficiência das atividades institucionais, uma vez que assegura condições adequadas de deslocamento aos servidores. Dessa forma, viabiliza a execução de ações relacionadas aos macroprocessos finalísticos do Incra, como a atuação em Projetos de Assentamento, comunidades rurais, territórios quilombolas, áreas de fiscalização e demais atividades externas, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e o cumprimento da missão institucional perante a sociedade.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Com a presente contratação, objetiva-se assegurar maior eficiência, controle e economicidade na gestão do abastecimento da frota oficial do Incra/SE, por meio da adoção de sistema informatizado integrado e utilização de rede credenciada de postos de combustíveis.

13.2. A medida visa garantir o adequado suprimento de combustíveis, proporcionando melhores condições de deslocamento dos veículos, maior controle sobre o consumo, rastreabilidade das operações e transparência na aplicação dos recursos públicos. Busca-se, ainda, otimizar os processos administrativos relacionados à gestão da frota, reduzir custos operacionais e mitigar riscos de inconsistências ou irregularidades.

13.3. Adicionalmente, a contratação contribui para a continuidade das atividades institucionais, tais como a locomoção de servidores no exercício de suas funções, o apoio às ações de fiscalização e supervisão em Projetos de Assentamento, bem como a execução de demais atividades que demandem o uso de veículos oficiais.

13.4. Dessa forma, pretende-se assegurar a eficiência na prestação dos serviços públicos, o atendimento ao interesse público e o cumprimento da missão institucional do Incra/SE.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Foi identificada a seguinte providência a ser adotada pela Administração, com vistas a viabilizar e complementar a contratação pretendida:

14.1.1. Proceder à verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, em conformidade com as exigências legais aplicáveis à gestão pública. Destaca-se que o Plano de Contratações Anual utilizou como referência o valor estimado com base no custo anual do contrato vigente.

14.1.2. Adicionalmente, sugere-se que o prazo inicial de vigência contratual seja fixado em 12 (doze) meses, considerando os potenciais ganhos operacionais, a redução de custos administrativos decorrentes da menor rotatividade contratual e a maior eficiência na gestão do serviço, observadas as disposições da legislação vigente quanto à prorrogação dos contratos de natureza continuada.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A empresa contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis à prestação dos serviços de gerenciamento e controle de abastecimento da frota, bem como às atividades desenvolvidas pela rede de postos credenciados.

15.2. Destacam-se as recomendações constantes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e demais normativos aplicáveis, de modo a assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais relacionados ao consumo de combustíveis.

15.3. No âmbito da execução contratual, deverão ser observadas boas práticas ambientais, tais como: incentivo ao consumo consciente de combustíveis; monitoramento e controle de consumo da frota; priorização, sempre que possível, de estabelecimentos que adotem práticas sustentáveis e estejam em

conformidade com a legislação ambiental vigente; e a adequada destinação de resíduos eventualmente gerados pelos postos de combustíveis credenciados, nos termos da legislação aplicável.

15.4. Ressalta-se que a utilização de veículos automotores possui potencial impacto ambiental, especialmente em razão da emissão de poluentes atmosféricos decorrentes da queima de combustíveis fósseis. Nesse sentido, a adoção de sistema informatizado de controle de abastecimento contribui para o melhor gerenciamento do consumo, permitindo à Administração adotar medidas de racionalização e mitigação desses impactos.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Declara-se, para os devidos fins, que a presente contratação mostra-se viável e fundamental para esta Superintendência Regional do Incra em Sergipe, por meio do procedimento licitatório regular.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ACACIA MARIA CHAGAS CARVALHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 14:58:28.

WESLEY TEIXEIRA RODRIGUES DE MENEZES

Membro da comissão de contratação

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA EM SERGIPE – SR(23)SE
Avenida Coelho e Campos nº 1300, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE, CEP 49060-000

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. A avaliação da execução contratual se dará mediante a verificação dos critérios estabelecidos nesse instrumento.
2. Identificadores de qualidade do serviço aqui estabelecidos que não forem atendidos pela Contratada implicarão no redimensionamento dos valores a serem pagos pela Contratante, conforme estabelecido neste instrumento:

Cumprimento das Obrigações Contratuais		
Item		Descrição
1	Finalidade	Estabelecer as diretrizes gerais para garantir a execução de serviços de abastecimento veicular para atender o Incra/SE, no Estado de Sergipe e em todo o território nacional
2	Meta a Cumprir	95% a 100% de realização dos serviços nas condições especificadas na licitação
3	Instrumento de Medição	Documento de verificação do serviço (relatórios gerenciais obtidos a partir do sistema)
4	Forma de Acompanhamento	A execução dos serviços será avaliada e fiscalizada conforme a verificação das ocorrências dispostas em 4 (quatro) níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada
5	Periodicidade	A cada fechamento mensal
6	Mecanismo de Cálculo	Cada ocorrência será verificada e valorada individualmente, sendo atribuída determinada pontuação correspondente, respectivamente, à qualidade do serviço prestado e às penalidades para as infrações cometidas, conforme quadro de ocorrências abaixo.
7	Início da Vigência	Data de assinatura do contrato

Ocorrências		Pontuação por Ocorrência
1	Ocorrência tipo 01: Situações que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como: a) Atraso no cumprimento de obrigações relativas ao serviço; b) Cobrança indevida de faturas e	01 ponto

	<p>valores e descumprimento do prazo para baixa de faturas no sistema;</p> <p>c) Descumprimento do prazo definido no Termo de Referência para cadastro de novos estabelecimentos durante a execução do serviço;</p> <p>d) Erros no lançamento da quilometragem dos veículos no cupom;</p> <p>e) Falhas no sistema para gerar os relatórios gerenciais (quantidade de dias com sistema fora do ar ou inoperante);</p> <p>f) Demora nos lançamentos e atualizações do sistema (quantidade de dias para atualizar os relatórios após a emissão da Nota Fiscal).</p>	
2	<p>Ocorrência tipo 02: Situações que caracterizam interrupção ou comprometem a prestação eficaz do serviço ou da fiscalização, tais como:</p> <p>a) Não cumprimento de obrigações relativas ao Serviço conforme definido no Termo de Referência; b) Falhas constantes no Sistemas web e nas máquinas de pagamento dos postos de combustíveis; c) Demora no atendimento relativo a falhas no Sistema Web e nas máquinas de pagamento nos postos de combustíveis; d) Demora no atendimento relativo a falhas no Sistema Web e nas máquinas de pagamento nos postos de combustíveis; e) Descumprimento dos prazos para respostas a solicitações de esclarecimentos, abertura de chamados ordens de serviço; f) Divergências entre os valores cadastrados no sistema da Contratada e os valores praticados pelos postos de combustíveis credenciados; g) Reincidência de infrações do tipo 01.</p>	02 Pontos
3	<p>Ocorrência tipo 03: Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço ou comprometem a rotina ou o patrimônio da instituição, tais como:</p> <p>a) Ausência de credenciamento de postos de combustíveis que possam atender à Administração sem a devida justificativa, e ausência de</p>	03 Pontos

	<p>substituição ou descredenciamento daqueles que não estejam atuando a contento, após solicitação;</p> <p>b) Prestação do serviço com imperícia, imprudência ou negligência com quaisquer serviços;</p> <p>c) Recusa injustificada na realização dos serviços;</p> <p>d) Situações que provoquem danos no patrimônio da Contratante;</p> <p>e) Reincidência das infrações do tipo 02.</p>	
4	<p>Ocorrência tipo 04: Situações que caracterizam improbidade do Contratante na prestação do serviço, tais como:</p> <p>a) Realizar serviços não autorizados ou em veículos cadastrados e não autorizados;</p> <p>b) Realizar qualquer desvio de poder ou finalidade em relação ao objeto do contrato;</p> <p>c) Permitir situação que crie risco à saúde ou à integridade física das pessoas;</p> <p>d) Fraudar, manipular ou descaracterizar relatórios;</p> <p>e) Reincidência das infrações do tipo 03</p>	05 Pontos

Faixas de Ajuste no Pagamento

Pontuação		Ajuste no Pagamento	
1	02 pontos	Desconto de até 5% sobre o valor total da nota fiscal	
2	03 pontos	Desconto de até 5,5% sobre o valor total da nota fiscal	
3	04 pontos	Desconto de até 6% sobre o valor total da nota fiscal	
4	05 pontos	Desconto de até 6,5% sobre o valor total da nota fiscal	
5	06 pontos	Desconto de até 7% sobre o valor total da nota fiscal	
6	07 pontos	Desconto de até 7,5% sobre o valor total da nota fiscal	
7	08 pontos	Desconto de até 8% sobre o valor total da nota fiscal	
8	09 pontos	Desconto de até 8,5% sobre o valor total da nota fiscal	
9	10 pontos	Desconto de até 9% sobre o valor total da nota fiscal	
Período de competência da fiscalização		Pontos	Observação
10	Ref. xx/20xx	XX	
11	Desconto de Ajuste no Mês	XX%	

12	Valor Mensal Contratado	R\$ xx,xx	
13	Valor Final da Fatura com Ajuste	R\$ xx,xx	

3. Sanções administrativas x IMR: embora a aplicação de índices aos indicadores seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a CONTRATANTE poderá, pelo nível crítico de qualidade insuficiente em quaisquer dos indicadores, aplicar as sanções previstas em contrato, nos termos da Lei de Licitações e Contratos.

Cidade (UF), __ de março de 2026

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA EM SERGIPE – SR(23)SE
Avenida Coelho e Campos, nº 1300, INCRA - Bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE, CEP 49060-000

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA – RELAÇÃO DAS VIATURAS OFICIAIS

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	COMBUSTÍVEL	ANO DE FABRICAÇÃO
1	NVM-3E84	PÁLIO WEEKEND	GASOLINA	2012/2012
2	OZB-9978	AMAROK CD 4X4 S	ÓLEO DIESEL S-10	2013/2014
3	OZB-7975	PICK-UP L200 TRITON GL D	ÓLEO DIESEL S-10	2014/2015
4	QKT-1892	RANGER XL CD422H	ÓLEO DIESEL S-10	2015/2015
5	QMF-6632	PICK-UP L200 TRITON	ÓLEO DIESEL S-10	2018/2019
6	QMF-6643	PICK-UP L200 TRITON	ÓLEO DIESEL S-10	2018/2019
7	REE-1A95	PICK-UP TORO ENDURENCE ATD4	ÓLEO DIESEL S-10	2020/2020
8	REE-2A16	PICK-UP TORO ENDURENCE ATD4	ÓLEO DIESEL S-10	2020/2020
9	REE-2A19	PICK-UP TORO ENDURENCE ATD4	ÓLEO DIESEL S-10	2020/2020
10	RER-2C84	PICK-UP L200 TRITON SPO GL	ÓLEO DIESEL S-10	2021/2022
11	RER-2C44	PICK-UP L200 TRITON SPO GL	ÓLEO DIESEL S-10	2021/2022
12	RER-2C15	PICK-UP L200 TRITON SPO GL	ÓLEO DIESEL S-10	2021/2022
13	RER-2C12	PICK-UP L200 TRITON SPO GL	ÓLEO DIESEL S-10	2021/2022
14	RER-2C42	PICK-UP L200 TRITON SPO GL	ÓLEO DIESEL S-10	2021/2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA EM SERGIPE – SR(23)SE
Avenida Coelho e Campos nº 1300, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju/SE, CEP 49060-000

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

POCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54000.005778/2026-81					
NOME DA RAZÃO SOCIAL / CNPJ:					
ENDEREÇO:					
E-MAIL:					
TELEFONE PARA CONTATO:					
Item	Descrição/Especificação	Valor Estimado 12 Meses	Desconto Mínimo	Percentual de Desconto	Valor do Lance
1 (Catser 25372) -	SERVIÇOS DE GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO INCRA/SE - Fornecimento de Combustível como: gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum/S-500 e aditivado, diesel S-10, etanol e ARLA 32	212.711,67	4,90%	____ (%)	R\$

*Percentual a ser lançado no Sistema.

() Declaro inteira submissão às condições de fornecimento constantes do Pregão Eletrônico nº ____/2026, e que os descontos ofertados na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital.

() Declaro estar ciente de que o percentual de desconto ofertado nessa proposta é vinculante tanto na fase de seleção do fornecedor quanto na fase de execução contratual, e não será reajustável durante toda a vigência contratual, incluídos os possíveis aditivos, prorrogações ou reajuste.

() Declaro, ainda, estar ciente de que o percentual de desconto ofertado pela minha empresa será aplicado sobre o valor bruto faturado pela execução do serviço de fornecimento de combustível.

Cidade (UF), ____ de março de 2026

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa

SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA/SR-23

Contrato 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	373052-SUPERINTEND.ESTADUAL DE SERGIPE-INCRA /SR-23	ACACIA MARIA CHAGAS CARVALHO	18/05/2026 16:30 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	4/2026	54000.005778/2026-81

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Processo Administrativo nº 54000.005778/2026-81

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA EM SERGIPE - SR(23)SE E

O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, *Autarquia Federal*, por intermédio da *Superintendência Regional do Incra em Sergipe - SR(23)SE*, com sede na *Avenida Coelho e Campos nº 1.300, Bairro Getúlio Vargas, CEP.: 49.060-000*, na cidade de *Aracaju/SE*, inscrita no CNPJ sob o nº *00.375.972/0021-04*, neste ato representado pelo seu Superintendente Regional, Senhor André Luiz Milanez de Souza, nomeado pela Portaria nº 138, de 03 de abril de 2023, publicada no *DOU* de 06 de abril de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1.354.037, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* **OU** *[procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº 54000.005778/2026-81 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº XX/2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns, e *continuados de gestão e controle de abastecimento de veículos (CATSER 25372)*, a serem executados por meio de sistema informatizado e integrado, via web, online, e em tempo real, que possibilite o gerenciamento da frota de veículos oficiais da *Superintendência Regional do Incra em Sergipe*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Serviço de gestão e controle de abastecimento: disponibilização de tecnologia baseada na utilização de cartão magnético, cartão eletrônico com chip (smart card) ou outro meio de identificação eletrônica, operado em rede de estabelecimentos credenciados para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, óleo diesel comum/S-500 e aditivado, diesel S-10, etanol e ARLA 32).

1.1.2. O sistema deverá garantir o controle individualizado por veículo, a rastreabilidade das operações, a segurança das transações e a emissão de relatórios gerenciais, sendo disponibilizada rede de postos de combustíveis sob diversas bandeiras, de modo a assegurar capilaridade, agilidade no abastecimento e atendimento às necessidades da Administração, nos termos da tabela abaixo:

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR-ANUAL ESTIMADO (R\$)	% DE DESCONTO
1	SERVIÇOS DE GESTÃO E CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS	25372	Serviço	12			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação.
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da **data de assinatura deste contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.3.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.3.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.3.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total anual da contratação é de R\$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxxx**)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual não se aplica uma vez que a variação de preços dos combustíveis durante a vigência contratual deve observar o percentual de desconto objeto da proposta apresentada na licitação sobre o preço médio apurado na tabela da ANP.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.11, Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

os preços destes itens e a respectiva variação de preços durante a vigência contratual devem observar o percentual de desconto objeto da proposta apresentada na licitação sobre o preço médio apurado na tabela de preços da ANP.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem .

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 373052/37201;
- II) Fonte de recursos: 1052000231;
- III) Programa de trabalho: 226003;
- IV) Elemento de despesa: 339039; e
- V) Plano interno: A3220000301; e
- VI) Nota de empenho: 2026NEXXXXXX;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Aracaju, Seção Judiciária de Sergipe para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Aracaju/SE, dia de março de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE LUIZ MILANEZ DE SOUZA
Autoridade competente